

FILANTROPIA COMUNITÁRIA:

Terreno fértil para o Desenvolvimento Social

Organização e edição



Instituto para o
Desenvolvimento do
Investimento Social

Apoio



SUMÁRIO

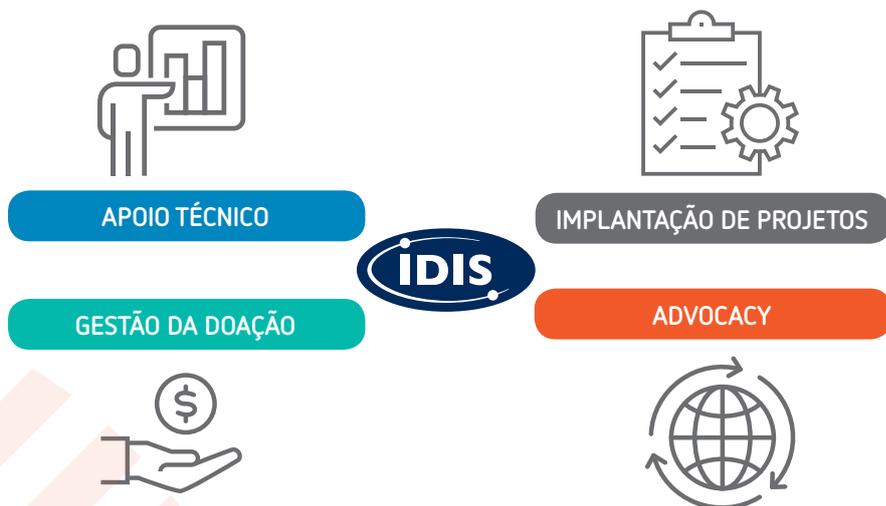
INTRODUÇÃO	3
AFINAL, O QUE É FILANTROPIA COMUNITÁRIA?	5
Sobre as organizações filantrópicas comunitárias	5
Diferentes abordagens para o conceito de comunidade	6
Critérios adotados pela pesquisa do IDIS para definir uma OFC	7
As fundações comunitárias	9
A FILANTROPIA COMUNITÁRIA E O BRASIL DE HOJE	11
Organizações brasileiras e suas importantes iniciativas de incentivo à filantropia comunitária	12
NASCE UMA NOVA INICIATIVA DE INCENTIVO À FILANTROPIA COMUNITÁRIA	15
Parceria para mapear a realidade da filantropia comunitária brasileira	16
Fontes de inspiração	17
A construção coletiva do conceito	19
Edital: mais um passo para conhecer as OFCs	23
Resultados do edital	24
Perfil das organizações mapeadas	25
Organizações selecionadas pelo edital	30
Workshop com as organizações comunitárias: um encontro de ideias e ideais	34
CONCLUSÃO	46

INTRODUÇÃO

O IDIS-Instituto para o Desenvolvimento do Investimento Social se dedica à promoção do investimento social privado, ao fomento da cultura de doação e à adoção de uma filantropia estratégica por parte das empresas e da sociedade civil brasileira.

Para cumprir seus objetivos, o IDIS atua em duas frentes: desenvolvimento de iniciativas próprias e apoio estratégico a projetos de terceiros (empresas, famílias, indivíduos e comunidades).

A construção de conhecimentos e de ações do IDIS nessas frentes pode ser resumida em quatro eixos de atuação:



Saiba mais sobre o IDIS em www.idis.org.br

A **Filantropia Comunitária** faz parte do escopo de atuação do IDIS desde a sua fundação, em 1999. Conceitos sobre filantropia comunitária, redes sociais e intersetoriais, aplicação de metodologias em projetos que envolvem a comunidade, sua liderança e seus ativos, desafios do processo de articulação de diferentes atores sociais, geração e disseminação de conteúdo por meio de artigos e publicações sobre temas relacionados e ações que promovem o desenvolvimento comunitário sustentável podem ser encontrados no acervo digital do IDIS.

As experiências e conhecimentos adquiridos no decorrer de duas décadas de trabalho, somados ao contexto global atual, caracterizado pelo crescente reconhecimento das comunidades e coletivos como elementos chaves na promoção de um planeta mais sustentável, levaram ao desenvolvimento de uma iniciativa do IDIS, em parceria com organizações envolvidas no tema, que denominamos de **Incentivo à Filantropia Comunitária**.

Esta publicação sistematiza a trajetória da construção conjunta de conhecimento sobre o tema ao longo do ano de 2018, que teve início com uma imersão sobre o conceito e a realidade da filantropia comunitária no Brasil e no mundo, passando pela escuta de especialistas e lideranças da área e, por fim, resultou no lançamento de um edital no Estado de São Paulo para o mapeamento das organizações e iniciativas filantrópicas comunitárias.

Com essas ações, o IDIS buscou construir um amplo entendimento sobre as organizações sociais, formais ou informais, que atuam de forma comunitária no Brasil, seus modelos de operação, valores, potencialidades, objetivos, ativos e desafios.

Além disso, foi possível explorar as diferentes formas de fomentar o desenvolvimento das **Organizações Filantrópicas Comunitárias** (OFCs), entendendo suas características e necessidades, estimulando parcerias e potencializando a mobilização de recursos com vistas a fortalecer sua atuação e seus impactos locais.

A expectativa é de que, com maior acesso a dados consistentes, por meio de publicações, eventos, divulgação nas diferentes mídias e outras estratégias, seja possível formar uma rede de parceiros estratégicos interessados em tornar a filantropia comunitária um componente importante do investimento social privado no Brasil.



AFINAL, O QUE É FILANTROPIA COMUNITÁRIA?

A definição deste conceito não é consensual entre as organizações nacionais e internacionais que trabalham no tema. No entanto, longe de ser um problema, as diferentes maneiras de explicar a filantropia comunitária não a distanciam de seu propósito final, que é a de **desenvolver comunidades e solucionar vulnerabilidades a partir de sua própria visão de prioridades e potenciais soluções e por meio de recursos e potencialidades locais**. As diferenças estão nas abordagens e estratégias para alcançar tais objetivos.

Para o IDIS, é importante que a forma de atuação de uma OFC seja baseada no **reconhecimento** e na **valorização** das lideranças locais e dos **ativos** que possui para o desenvolvimento de ações que favoreçam o fortalecimento da comunidade e promovam a melhoria da qualidade de vida.

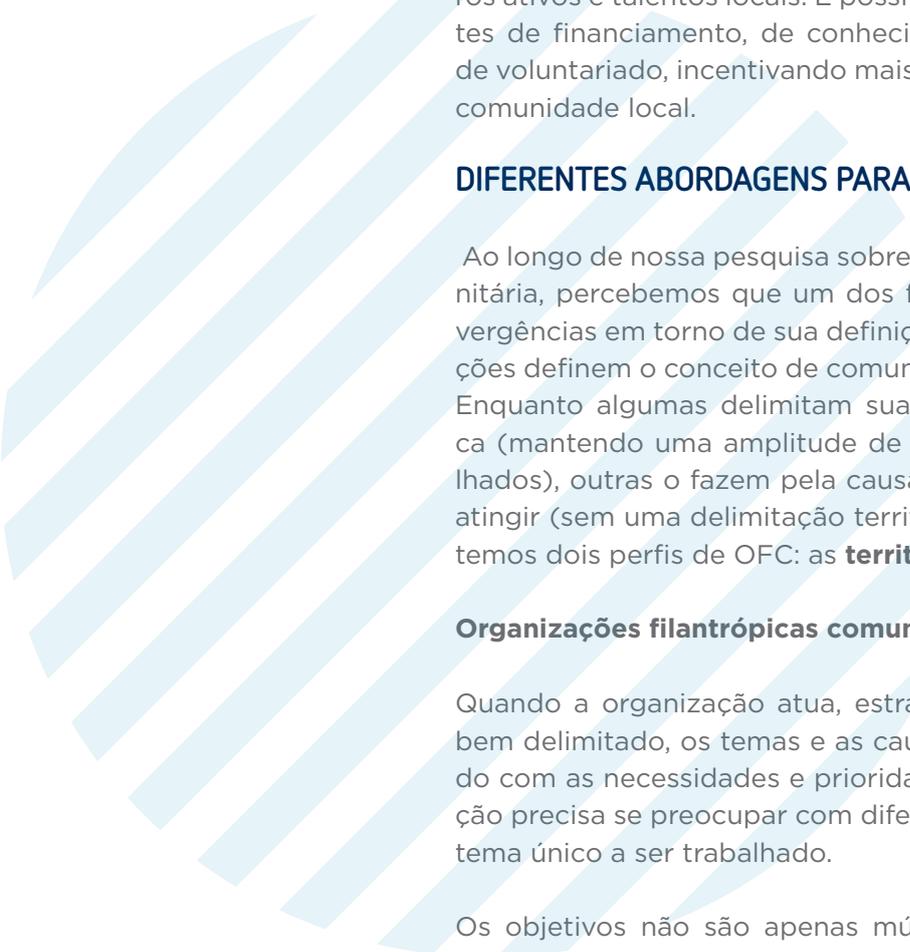
O seu **potencial transformador** está em estabelecer um percurso de dentro para fora, ou seja, **a partir da demanda da comunidade surgem iniciativas e soluções próprias que favorecem o bem comum** - e que podem contar com apoios externos, desde que conectados com os interesses e prioridades locais. Dessa forma, comunidades, coletivos, grupos e cidadãos assumem o controle de suas histórias.

SOBRE AS ORGANIZAÇÕES FILANTRÓPICAS COMUNITÁRIAS

Diferentemente das organizações filantrópicas tradicionais - que atuam dentro de uma comunidade, beneficiando os moradores locais, **sem necessariamente tê-los como protagonistas de suas iniciativas** - as OFCs têm como base de sua existência a participação ativa dos membros da comunidade, os vínculos estabelecidos entre eles, as prioridades e os sonhos comuns que compartilham.

Quando se compara o indivíduo do macrocosmo (sociedade) ao do microcosmo (comunidade), há uma diferença clara: na sociedade, ele é mais um. Na comunidade, ele tem um nome, as pessoas sabem onde ele mora, o que faz, tornando-o corresponsável pelo bem-estar coletivo. Nessa ótica, um dos papéis que as organizações assumem é o de fortalecer o **protagonismo dos cidadãos na construção da própria realidade**.

Ainda que sua atuação deva contar com a participação direta da comunidade, a forma de alcançar seus objetivos pode prever



apoios e financiamentos externos, sem perder de vista os inúmeros ativos e talentos locais. É possível, portanto, diversificar as fontes de financiamento, de conhecimento técnico e informação, e de voluntariado, incentivando mais iniciativas protagonizadas pela comunidade local.

DIFERENTES ABORDAGENS PARA O CONCEITO DE COMUNIDADE

Ao longo de nossa pesquisa sobre o conceito de filantropia comunitária, percebemos que um dos fatores que origina algumas divergências em torno de sua definição é a forma como as organizações definem o conceito de comunidade e seu escopo de atuação. Enquanto algumas delimitam sua atuação pela região geográfica (mantendo uma amplitude de causas e temas a serem trabalhados), outras o fazem pela causa e pelos objetivos que querem atingir (sem uma delimitação territorial de atuação). Desta forma, temos dois perfis de OFC: as **territoriais** e as **temáticas**.

Organizações filantrópicas comunitárias territoriais

Quando a organização atua, estrategicamente, em um território bem delimitado, os temas e as causas são estabelecidos de acordo com as necessidades e prioridades locais. Ou seja, a organização precisa se preocupar com diferentes causas, não existindo um tema único a ser trabalhado.

Os objetivos não são apenas múltiplos (a organização foca na qualidade de vida - desenvolvimento humano - podendo incluir iniciativas ligadas à educação, saúde, meio ambiente, segurança, geração de renda e emprego, dentre outros), como também são mutáveis ao longo do tempo, respondendo às prioridades locais de acordo com o contexto e, portanto, ajustando-se conforme os temas de maior criticidade na percepção de seus moradores.

Organizações filantrópicas comunitárias temáticas

Quando a organização comunitária se pauta em uma causa, a energia e os recursos são colocados a serviço dela. A organização pode desenvolver diversas iniciativas e estratégias, mas todas estarão, de alguma forma, ligadas ao foco principal de atuação. A base de conhecimento e experiência da organização será construída ao redor dessa temática, tornando-a cada vez mais especializada no assunto.

Nesse perfil de organização, o conceito de 'comunidade' relaciona-se com a afinidade, ou seja, indivíduos que compartilham valores, características, crenças ou experiências de vida semelhantes, sem necessariamente viver em um mesmo espaço geográfico. Portanto, a ideia de territorialidade torna-se menos importante e, muitas vezes, são organizações que atuam em um território mais amplo, exigindo estratégias de comunicação diferenciadas para manter ativa a participação direta e o protagonismo da comunidade.

Conheça a história e o trabalho da Fundação Mott, acessando: www.mott.org/work

Conheça a história e as iniciativas do GFCF acessando o site: www.globalfundcommunityfoundations.org

Acesse o link para conhecer o Atlas e navegar por informações completas sobre as organizações e fundações filantrópicas comunitárias do mundo todo: www.communityfoundationatlas.org

A IMPORTÂNCIA DAS FUNDAÇÕES FILANTRÓPICAS INTERNACIONAIS

O principal parceiro estratégico do IDIS para o desenvolvimento da iniciativa de Incentivo à Filantropia Comunitária no Brasil é a *Charles Stewart Mott Foundation* (Fundação Mott), criada em 1935 nos Estados Unidos. Desde sua criação, a Fundação Mott vem trabalhando para fortalecer comunidades ao redor do mundo. A organização conta com um fundo patrimonial de mais de 3 bilhões de dólares e tem uma expressiva atuação como *grantmaker* - ao longo de sua história, já investiu mais de US\$ 3,2 bilhões em organizações de 62 países.

Outra organização internacional muito atuante nessa área é o Fundo Global para Fundações Comunitárias (*Global Fund for Community Foundations - GFCF*), criado em 2006 pelo Banco Mundial, Fundação Ford e Fundação Mott, como um projeto piloto do WINGS (*Worldwide Initiatives for Grantmaker Support*)¹. O objetivo era responder à necessidade global de uma entidade que pudesse fornecer recursos, suporte técnico e oportunidades de atuação em rede para o crescente número de novas organizações comunitárias em diversos países.

O GFCF é responsável pelo **Atlas da Filantropia Comunitária**, no qual, anualmente, são atualizados dados relacionados às organizações e fundos comunitários filantrópicos em todo o mundo.

O GFCF também protagonizou o movimento *#ShiftThePower*, pautado na importância das comunidades assumirem um maior controle e poder sobre o próprio processo de desenvolvimento.

CRITÉRIOS ADOTADOS PELA PESQUISA DO IDIS PARA DEFINIR UMA OFC

Depois de um amplo estudo e discussão com diferentes atores e organizações ligados ao tema, e de entender toda a variedade de abordagens das organizações de atuação comunitária, sentimos a necessidade de formalizar um conjunto claro e objetivo de critérios para definir o escopo do mapeamento que seria realizado pelo IDIS para localizar OFCs no Estado de São Paulo.

Sendo assim, o escopo do mapeamento realizado pelo IDIS na iniciativa de Incentivo à Filantropia Comunitária teve foco em um perfil específico de organização, que não esgota todas as possibilidades e variedades de organizações comunitárias existentes. Foram, portanto, estabelecidos oito critérios para uma OFC:

¹ Fonte: www.globalfundcommunityfoundations.org/about-us/our-history-2/

1. Ser **legalmente constituída** (fundação ou associação) com a missão de apoiar o desenvolvimento e cultivar a filantropia de uma **região geográfica bem definida** e com vulnerabilidades sociais.

2. Não ter foco exclusivo em um tema social particular, estando aberta e preparada para investir em uma **diversidade de causas e objetivos**, de acordo com as prioridades da comunidade.

3. Compreender claramente os desafios, vulnerabilidades, prioridades, talentos e capacidades locais, adquiridos por meio do **engajamento de pessoas da região** - lideranças do território e referências para as pessoas da comunidade.

4. Ser **permanente**, com objetivos de longo prazo.

5. Possuir competências suficientes para administrar recursos financeiros, definir estratégias de sustentabilidade com **pluralidade de fontes de financiamento**, incluindo doadores locais.

6. Ser **independente**, tendo a gestão desvinculada de indivíduos, empresas, organizações religiosas, partidos políticos ou instituições ligadas a atividades ilegais.

7. Dispor de **ativos mínimos para operar**, como sala para reuniões, centro comunitário, escola ou creche onde os participantes possam se reunir, além de acesso à internet.

8. Dedicar-se, preferivelmente, mas não necessariamente, não somente aos próprios projetos, mas também a dar **suporte e investir em outras iniciativas filantrópicas locais** lideradas por ONGs, indivíduos, empreendedores (seja como financiadora ou aportando conhecimento).

Mesmo com esses oito tópicos definidos, durante a fase de pesquisa, identificamos organizações com diferentes níveis de adequação a cada um deles, dependendo de sua história, grau de desenvolvimento, maturidade organizacional e capacidades internas disponíveis. Como nossa intenção era considerar e mapear não somente as OFCs estruturadas, mas, também, iniciativas comunitárias com potencial e interesse em se tornar uma OFC, dividimos nosso escopo em duas partes:

1. Organizações que já operam como OFC e que se enquadram em todos ou na maioria dos critérios propostos.

2. Organizações ou iniciativas informais filantrópicas com potencial para intensificar seu caráter comunitário e/ou outros aspectos dos critérios para atuar como OFC. Essas organizações podem apresentar tópicos a desenvolver, mas já demonstram uma clara inclinação para a filantropia comunitária.

AS FUNDAÇÕES COMUNITÁRIAS

Em todas as fontes de pesquisa sobre filantropia comunitária está presente a figura das fundações comunitárias (*Community Foundations*). Trata-se de um modelo de atuação muito relevante nos Estados Unidos, Canadá e em determinadas regiões da Europa.

Essas fundações são organizações da sociedade civil que atuam para investir recursos técnicos e financeiros próprios ou de terceiros em projetos e ações que possam melhorar a qualidade de vida de pessoas de um determinado território, que pode ser uma cidade, um bairro ou uma outra área geográfica bem definida.

Geralmente, não dependem de governos ou de organizações da iniciativa privada, possuindo uma base diversa de doadores e de investidores sociais. Para garantir sua perenidade, muitas vezes, possuem fundos patrimoniais filantrópicos.

As fundações comunitárias podem atuar de diferentes formas, como:

- Desenvolvendo iniciativas e projetos próprios, de acordo com o levantamento das prioridades locais;
- Oferecendo apoio financeiro ou técnico a projetos ou ONGs de base comunitária (*grantmaking*);
- Sendo ponte de articulação entre os diversos atores interessados no desenvolvimento do território – mobilizando recursos e criando mecanismos de sustentabilidade;
- Desenvolvendo ações de *advocacy* focadas na defesa de direitos dos cidadãos.

Além disso, espera-se que as fundações comunitárias promovam o empoderamento de suas lideranças e da população local para que sejam protagonistas na tomada de decisões que afetem suas vidas; favorecendo a articulação e o fortalecimento das redes locais, fomentando a confiança e a solidariedade para mediar relações e garantindo a autonomia responsável da comunidade para alocação de recursos.

O modelo de fundação comunitária pode ser encontrado em mais de 50 países, com especial destaque para os Estados Unidos, onde diversas organizações foram criadas para administrar e aplicar as fortunas de famílias americanas tradicionais nas próprias comunidades. A primeira fundação comunitária americana foi estabelecida em 1914 por Frederick Goff e opera na cidade de Cleveland.

No Brasil, o conceito de fundações comunitárias começa a surgir nos anos 2000, sendo alavancado por organizações internacio-

nais, como a Fundação Kellogg. O Instituto Rio, fundado em 2001, e o Instituto Comunitário da Grande Florianópolis (ICOM), estabelecido em 2005, são considerados precursores no país. Ao longo das últimas duas décadas, algumas fundações familiares também começaram a se preocupar com a sustentabilidade das iniciativas sociais que realizavam em comunidades e passaram a organizar estruturas voltadas para garantir a perenidade das ações – caso da Fundação Tide Setubal e do Instituto Arapyauú, que criaram, respectivamente, o Fundo Zona Leste Sustentável e a Tabôa – Fortalecimento Comunitário².

Mesmo assim, o conceito de fundação comunitária ainda é pouco conhecido no Brasil. Embora a filantropia comunitária esteja em expansão no âmbito internacional, ainda é um tema relativamente novo no país. O apoio e suporte de organizações e ecossistemas filantrópicos, locais e internacionais, para conectar organizações filantrópicas comunitárias a financiadores e parceiros que contribuam para o fortalecimento do movimento no Brasil, se mostra necessário.

² Fonte: www.gife.org.br/filantropia-comunitaria-uma-estrategia-de-atuacao-com-os-territorios-nao-para-eles/

A FILANTROPIA COMUNITÁRIA E O BRASIL DE HOJE

Vivemos nos últimos anos uma crise política e ética sem precedentes, reforçada por investigações de corrupção em diferentes níveis, nas diversas esferas institucionais do país. A desconfiança ganhou força e a credibilidade das organizações sociais acabou sendo afetada.

Um exemplo concreto dessa realidade é o resultado da pesquisa CAF *World Giving Index*³, de 2018, que fez uma análise global sobre os índices de solidariedade de 146 países (95% da população mundial). Em sua oitava edição, o estudo desenhóu o retrato do comportamento dos doadores ao redor do mundo, com base no percentual médio daqueles que doam recursos financeiros, dedicam-se ao trabalho voluntário ou ajudam desconhecidos de alguma forma.

O Brasil aparece na 122ª posição no *ranking* – na edição de 2017 estávamos no 75º lugar. Em 2016, éramos o 68º colocado, o que significa que precisamos trabalhar muito para que a nossa cultura de doação seja fortalecida. Em 2018 ocupamos a pior posição dentre os países de toda América do Sul.

Mas o fenômeno da desconfiança é mundial, como revela a pesquisa *Trust Barometer 2019*⁴, realizada pela Edelman. Dos 27 países estudados, 15 estão na faixa da desconfiança e o Brasil é o 9º colocado com menor nível de confiança.

A Pesquisa de Doação Brasil⁵, realizada pelo IDIS em 2015, também levantou informações sobre o nível de confiança dos brasileiros nas organizações sociais. O estudo entrevistou 2.230 pessoas das cinco regiões do país. A partir dos dados colhidos, foram delineados os perfis de doadores e não doadores, incluindo características como: região de residência, gênero, religião, nível educacional, renda familiar, critérios e motivação que as pessoas levam em consideração no momento de decidir sobre uma doação.

O volume total de doações individuais em 2015 foi de R\$ 13,7 bilhões – montante que representa 0,23% do PIB nacional. Nos Esta-

3 Fonte: www.cafonline.org/about-us/publications/2018-publications/caf-world-giving-index-2018

4 Fonte: www.edelman.com.br/estudos/trust-barometer-2019

5 Fonte: www.idis.org.br/pesquisa-doacao-brasil/

dos Unidos, a porcentagem é de 1,49%; na Inglaterra, 0,5% do PIB. Podemos concluir, dessa forma, que existe uma cultura de doação que precisa ser alavancada no País.

Além disso, a pesquisa indicou que:

- 46% dos brasileiros doam entre R\$ 20 e R\$ 40 por mês para organizações sociais;
- Saúde e infância são as causas que mais sensibilizam;
- A falta de confiança nas organizações é frequentemente apontada pelos entrevistados como uma das barreiras para o hábito de doar.

O atual clima de debate e reflexões sobre engajamento cívico e cidadania tende a fortalecer a sociedade civil organizada, criando um momento propício para cidadãos brasileiros se envolverem em iniciativas de desenvolvimento social fora dos limites de atuação do governo e do investimento corporativo. Por isso, é essencial entender quais mecanismos podem, de fato, acelerar o processo de fortalecimento da filantropia comunitária no Brasil, aumentando o protagonismo e a independência das OFCs, para que contribuam para o desenvolvimento sustentável da sociedade.

ORGANIZAÇÕES BRASILEIRAS E SUAS IMPORTANTES INICIATIVAS DE INCENTIVO À FILANTROPIA COMUNITÁRIA

Ajudar a fortalecer as OFCs é um grande desafio e há organizações que estão se dedicando a esse objetivo no Brasil. E o melhor: estão cada vez mais unidas para que os avanços aconteçam. Durante a pesquisa, compartilhamos ideias e experiências com cinco organizações muito envolvidas com essa temática, apresentadas a seguir (em ordem alfabética).

A **Fundação Affonso Brandão Hennel (ABH)**⁶ foi constituída em 2014 por Cristina Hennel Fay, filha do empresário que dá nome à Fundação. A Fundação tem como propósito impulsionar o desenvolvimento de comunidades, ampliando o acesso a oportunidades e à melhoria da qualidade de vida. Em 2018, a Fundação direcionou recursos financeiros e técnicos para instituições que tinham atuação territorial e fossem referência em suas comunidades do Nordeste e Sudeste em ações prioritárias para a população local. Atualmente, a Fundação ABH tornou-se uma organização com foco territorial, atuando na periferia da Zona Sul da cidade de São Paulo, com iniciativas de fortalecimento das organizações da sociedade civil presentes no território. A Fundação ABH tem como premissa trabalhar em rede e incentivar a utilização de recursos locais na execução das iniciativas apoiadas. Isso acontece em for-

⁶ Fonte: www.fundacaoabh.org.br/

mato de contrapartidas da comunidade e da própria iniciativa na composição do orçamento.

A **Fundação Tide Setubal**⁷ atuou durante dez anos junto aos moradores de São Miguel Paulista, distrito da Zona Leste de São Paulo. O segredo do sucesso desse trabalho está na escuta das vozes da comunidade para a construção de vínculos, levando em consideração a realidade local para inspiração de políticas públicas, respeitando e dando espaço às especificidades do território. A partir de 2017, a Fundação buscou ampliar ainda mais o seu impacto, aumentando seu escopo de atuação e fomentando iniciativas que promovam a justiça social e o desenvolvimento sustentável de periferias urbanas, de forma a contribuir para o enfrentamento das desigualdades socioespaciais das grandes cidades. Para isso, promove a articulação entre os agentes da sociedade civil, de instituições de pesquisa, do Estado e do mercado, estabelecendo parcerias e esforços conjuntos que contribuam para um maior impacto social.

O **Grupo de Institutos Fundações e Empresas (GIFE)**⁸, criado em 1995, é uma referência no país no tema do investimento social privado. A Rede GIFE conta com 141 associados de origem empresarial, familiar, independente e comunitária. Dentre as oito agendas estratégicas definidas para o período de 2015-2020, encontra-se a agenda do fortalecimento das organizações da sociedade civil, incluindo a pauta da filantropia comunitária. O Gife acredita que há muita oportunidade para dar enfoque ao tema pelo olhar das fundações e instituições familiares que já atuam nos territórios. Com o objetivo de refletir sobre diferentes possibilidades, promover esse reconhecimento e integrar iniciativas já existentes, o GIFE realizou um **encontro**, em outubro de 2018 na sede da Fundação Tide Setubal, em parceria com a Rede de Filantropia para a Justiça Social e o Global Fund for Community Foundations, criando um importante espaço de compartilhamento de experiências entre os diversos atores presentes.

Confira aqui as conclusões desse encontro:

www.gife.org.br/filantropia-comunitaria-uma-estrategia-de-atuacao-com-os-territorios-nao-para-eles/

O **Instituto Comunitário Grande Florianópolis (ICOM)**⁹, fundado em 2005, tem como missão promover o desenvolvimento comunitário a partir da identificação de necessidades e oportunidades que gerem capital social, com base em três pilares de atuação: investimentos sociais na comunidade da região; apoio técnico e financeiro a ONGs; e produção e disseminação de conhecimento. Para isso, promove iniciativas que ampliem a articulação entre as ONGs e os demais atores de diferentes segmentos da comunidade. Além disso, a instituição orienta empresas e indivíduos para que façam investimentos sociais e doações a iniciativas que gerem impacto social local, por meio da criação de fundos de financia-

7 Fonte: www.fundacaotidesetubal.org.br/

8 Fonte: www.gife.org.br/

9 Fonte: www.icomfloripa.org.br/

mento para causas específicas. O ICOM também apoia o fortalecimento da gestão das organizações da sociedade civil para que se tornem canais de participação dos cidadãos, com o intuito de melhorar a qualidade de vida da população da Grande Florianópolis e de Santa Catarina.

A **Rede de Filantropia pela Justiça Social**¹⁰ reúne fundos e fundações comunitárias que apoiam iniciativas nas áreas de justiça social, direitos humanos e cidadania, por meio da doação de recursos financeiros a instituições e grupos da sociedade civil, lideranças e movimentos sociais nas diferentes regiões do país. Os membros da Rede, criada em 2012, também ajudam a fomentar iniciativas de desenvolvimento, fortalecimento a articulação institucional, além de promover atividades de formação, diálogo e debates com múltiplos atores, oferecendo suporte técnico e estratégico.

A iniciativa Incentivo à Filantropia Comunitária no Brasil considerou, na sua estrutura e nos seus objetivos, vários *insights* e experiências trazidas pelas lideranças dessas organizações que, gentilmente, compartilharam seu conhecimento e vivências acumuladas ao longo de anos de trabalho.

CONHEÇA MAIS SOBRE ESSAS INSTITUIÇÕES:

Fundação ABH

www.fundacaoabh.org.br

Fundação Tide Setubal

www.fundacaotidesetubal.org.br

GIFE

www.gife.org.br

ICOM

www.icomfloripa.org.br

Rede de Filantropia para a Justiça Social

www.rededefundos.org.br

¹⁰ Fonte: www.rededefundos.org.br

NASCE UMA NOVA INICIATIVA DE INCENTIVO À FILANTROPIA COMUNITÁRIA

O momento de ampla desconfiança nas instituições, agravado pela crise política e ética, gera oportunidades de debates e maior participação social, podendo criar espaço para o empoderamento e fortalecimento da sociedade civil, inclusive das organizações comunitárias, capazes de encontrar soluções efetivas e garantir mais bem-estar à sociedade a partir de ativos próprios e parcerias conectadas às necessidades locais.

Nesse cenário, cria-se uma oportunidade para os cidadãos se envolverem e se engajarem em diferentes iniciativas para atender às necessidades e vulnerabilidades sociais. Na incerteza em relação à capacidade do governo de lidar com as crescentes complexidades da nossa realidade, a população se sente obrigada a assumir responsabilidades por seus próprios problemas e a promover transformações, proporcionando o surgimento de um campo fértil para a filantropia e para o desenvolvimento e fortalecimento de organizações da sociedade civil.

Como já dissemos, o protagonismo comunitário é essencial para que os processos de transformação social aconteçam e se mostra mais evidente quando as comunidades buscam tomar as rédeas de seu próprio desenvolvimento, mobilizando recursos e ativos necessários para sanar os problemas locais.

A publicação do **Atlas da da Filantropia Comunitária** do *Global Fund for Community Philanthropy*, no qual estão sinalizadas apenas quatro organizações comunitárias no Brasil (vide mapa a seguir), reflete a necessidade de um mapeamento mais ativo das OFCs e o interesse de trazer à luz o trabalho, o impacto e a relevância das organizações comunitárias no desenvolvimento do país.

Conheça o mapa na íntegra:
www.communityfoundationatlas.org/



PARCERIA PARA MAPEAR A REALIDADE DA FILANTROPIA COMUNITÁRIA BRASILEIRA

Essas foram as bases que inspiraram o estudo do IDIS no tema, com a motivação de buscar um melhor entendimento do cenário em que atuam as OFCs e sobre os possíveis caminhos para fortalecer essas organizações e potencializar seus impactos no país.

A Fundação Mott atuou como parceira do IDIS nessa empreitada, financiando etapas do estudo e orientando a iniciativa com base em sua extensa experiência no tema em diversas regiões do mundo. Em março de 2018, a Fundação Mott formalizou o apoio ao IDIS para desenvolver um projeto no Estado de São Paulo com os objetivos de:

- Mapear as organizações que operam ou que desejam operar como uma organização comunitária;
- Entender suas potencialidades, aspirações, ativos, necessidades e desafios;
- Explorar qual a melhor forma de fomentar e apoiar o desenvolvimento dessas organizações, ajudando-as a fortalecer suas capacidades e otimizar o impacto no território; e
- Identificar caminhos para aproximar os filantropos e investidores sociais do conceito de organizações comunitárias, tornando-o mais relevante na filantropia e no investimento social privado no Brasil.

Diante do grande número de organizações da sociedade civil no país, o IDIS e a Fundação Mott escolheram o Estado de São Paulo como escopo geográfico da pesquisa – afinal, 248 mil km² de extensão, mais de 44 milhões de habitantes (22% da população brasileira) e 645 cidades já constituem um grande desafio de mapeamento.

O mapeamento tomou a forma de um edital, lançado pelo IDIS em setembro de 2018, que trouxe à tona diferentes perfis de organizações comunitárias. Dentre as 56 inscritas, 28 atenderam aos pré-requisitos do edital. Ao final do processo, 8 foram selecionadas como finalistas para participar de um *workshop* de três dias na capital paulista – um encontro para compartilhamento de experiências e para debate sobre as possíveis estratégias para o fortalecimento da filantropia comunitária no Brasil.

FONTES DE INSPIRAÇÃO

Para iniciar nosso aprofundamento no tema, conversamos com lideranças de organizações nacionais e internacionais com reconhecida experiência na área.

Uma dessas lideranças é Vera Dakova, da **Fundação Mott**, que destacou dois elementos cruciais para o mapeamento dessas organizações no Brasil: (i) construir uma metodologia flexível para a adaptação de estratégias ao longo do processo e (ii) adotar uma comunicação clara, objetiva, com linguagem acessível a todos. Vera também mencionou algumas características que podem denotar que uma organização tem potencial para se tornar comunitária: a capacidade de criar as suas próprias iniciativas (sem interferência externa), a experiência em atuação colaborativa, curiosidade e disposição para mudar a realidade que a cerca.

Outra fonte de inspiração foi Agustín Landa, Vice-Presidente de Desenvolvimento da Universidade de Monterrey (México), com vasta experiência em filantropia comunitária e que participou diretamente da fundação de diversas organizações em seu país. Agustín compartilhou o processo de criação da **Fundação Comunitária de Monterrey**, uma parceria entre ele, um empresário local, uma ONG focada em programas educacionais, uma fundação familiar e um líder comunitário envolvido com causas sociais e instituições religiosas. Agustín ressaltou que o sucesso para esse tipo de iniciativa está mais fortemente ligado à motivação das pessoas do que das organizações. Por isso, prefere ter como parceiros indivíduos com alta disposição para realizar ações práticas e concretas. Atualmente, Agustín é conselheiro da *Comunalia - Alianza de Fundaciones Comunitarias de México*, uma organização com foco do desenvolvimento territorial e no investimento social estratégico, que busca impulsionar o poder da cidadania por meio das fundações comunitárias.

A Fundação Comunitária de Monterrey mantém um fundo para suprir quatro frentes de ação: (i) fortalecimento de projetos sociais que deem origem a novas organizações da sociedade civil; (ii) suporte a outras fundações na administração de seus recursos (apoios administrativo, legal, contábil, financeiro e de recursos humanos); (iii) gerenciamento de fundos para famílias que desejam criar a própria fundação; e (iv) fomento de parcerias e alianças

entre atores locais que queiram apoiar o desenvolvimento da comunidade.

Entrevistamos também Alina Porumb, fundadora do **Movimento de Fundações Comunitárias na Romênia**. Foi diretora da ARC (*Asociatia Pentru Relatii Comunitare*) que, em 2014, se inspirou no conceito de fundação comunitária da Eslováquia e Polônia para aplicá-lo na Romênia com o objetivo de fomentar o desenvolvimento da filantropia local. A iniciativa partiu da análise de oito comunidades romenas, desencadeando a criação de várias fundações comunitárias e ações no território, bem como uma parceria com a Fundação Mott para ampliar, no prazo de dez anos, o movimento para todo o país.

Alina, assim como Vera Dakova, destacou a necessidade de se criar estratégias flexíveis ao longo do projeto. Para ela é importante que se mantenha uma visão bem definida do que se busca alcançar, mas ao mesmo tempo, sobre bases relativamente adaptáveis, que permitam reagir às realidades locais, conforme o contexto se apresenta em cada etapa.

Em relação ao mapeamento, Alina sugeriu incluir no processo de assinatura do edital uma carta de intenções para que os candidatos expliquem o seu interesse pela filantropia comunitária. Também sugeriu que o mapeamento buscasse não apenas as organizações, mas também os indivíduos que estão dispostos a fundar organizações comunitárias - muitas vezes pessoas que já têm os recursos locais, mas não sabem por onde começar e precisam apenas de um incentivo.

No grupo de especialistas nacionais, conversamos com Mariane Maier Nunes, gerente executiva do **ICOM - Instituto Comunitário da Grande Florianópolis**, uma das quatro organizações que aparecem no *Atlas for Community Foundations*, e que se aproxima fortemente do conceito tradicional de fundação comunitária. O ICOM atua em três frentes: investimento social na comunidade; apoio técnico e financeiro às organizações da sociedade civil local; e desenvolvimento e disseminação de conhecimento. O ICOM tem expertise no desenvolvimento de ações que aproximam os diferentes atores da comunidade para gerar interação e cooperação estruturadas.

Em São Paulo, tivemos a oportunidade de visitar o antigo Galpão de Cultura e Cidadania da Fundação Tide Setubal, no Jardim Lappenna, localizado na Zona Leste da cidade de São Paulo. O espaço passou recentemente por um processo de transição, alinhado com as novas estratégias da Fundação Tide Setubal, e foi transformado em um importante polo de empreendedorismo social da região, agora chamado Galpão ZL. Nessa mesma visita, pudemos conhecer Greta Salvi, gestora do **Fundo Zona Leste Sustentável** - projeto mantido pela família Setúbal e que também aparece no *Atlas for Community Foundations*. O objetivo do Fundo é canalizar recursos para fortalecer os empreendedores de regiões periféricas da cida-

CONHEÇA MAIS SOBRE ESTAS INSTITUIÇÕES:

Fundação Mott
www.mott.org
Comunalia Alianza de Fundaciones
Comunitarias de México
www.comunalia.org.mx
Icom
www.icomfloripa.org.br
Fundo Zona Leste Sustentável
www.zlsustenta.org.br
Cieds
www.cieds.org.br

de com potencial para gerar desenvolvimento nas comunidades mais vulneráveis.

Outra organização nacional que foi fonte de inspiração foi o **Centro Integrado de Estudos e Programas de Desenvolvimento Sustentável (CIEDS)**. Vandré Brilhante e Fábio Muller, diretor-presidente e diretor-executivo, respectivamente, compartilharam suas experiências em diagnósticos sociais realizados em dois bairros no Rio de Janeiro, que apontaram para oportunidades de fortalecimento dos recursos sociais já presentes no território, além de lacunas que poderiam ser preenchidas de modo a aumentar o bem-estar da comunidade.

O CIEDS também atua em iniciativas que promovam impacto social local, como “Os Fazedores do Bem”, um edital público que reconhece e oferece pequenas doações a iniciativas de organizações ou indivíduos que promovam o bem-estar de um grupo de pessoas do território. Outra ação é a plataforma colaborativa *on-line* “Compartilhar” onde estão registradas experiências de aprendizado e melhores práticas relacionadas a projetos e programas de impacto social. Lançada em 2017, a plataforma já conta com mais de 300 organizações cadastradas.

Todas essas conversas e trocas ampliaram os subsídios do IDIS para embasar a construção da iniciativa. O próximo passo foi reunir atores nacionais para discutir o conceito de filantropia comunitária dentro da realidade brasileira. É sobre essa experiência que vamos falar nas próximas páginas.

A CONSTRUÇÃO COLETIVA DO CONCEITO

Após ouvir especialistas e estudar diversas publicações nacionais e internacionais de referência, o próximo passo da iniciativa foi debater as diferentes interpretações deste conceito com quem vivencia a filantropia comunitária na prática.

Para isso, convidamos representantes de organizações com diferentes atuações e abordagens para uma oficina de trabalho, em julho de 2018, com o objetivo de explorar os conceitos e definições de filantropia comunitária, e conhecer as iniciativas das instituições presentes para discutir oportunidades de sinergia e colaboração. No total, participaram 15 lideranças de 14 organizações.

Estas são as organizações que aceitaram nosso convite para falar sobre filantropia comunitária na oficina de construção do conceito:

Amália Fisher – Fundo Elas
Ana Valéria Araújo – Fundo Brasil de Direitos Humanos
Beatriz Gonçalves Faia – CIEDS
Bia Mion – WINGS
Fabiana Tock – Fundação Tide Setubal



Graciela Hopstein – Rede de Filantropia para a Justiça Social
Karen Polaz – GIFE
Lucia Dellagnelo - ICOM
Maíra Prado – WINGS
Maria Amália Souza – Fundo Casa
Marina Fay – Fundação Affonso Brandão Hennel
Rafael Biazão – CIEDS
Sérgio Loyola e Tábata Couto – Fundação Salvador Arena

No encontro, as lideranças foram convidadas a pensar sobre três questões: o que define uma comunidade, o que caracteriza a filantropia comunitária e o que a descaracteriza como tal.

As conclusões do debate contribuíram para a ampliação da visão sobre o tema, acolhendo a diversidade das formas de atuação e operação de diferentes organizações comunitárias, que se complementam e ajudam a cobrir toda a multiplicidade de realidades e desafios sociais no Brasil.

Na discussão sobre **o que define uma comunidade**, alguns aspectos se sobressaíram, como: interesses comuns e elementos que definem a identidade do grupo de pessoas (tradições, problemas, costumes), o território e as relações interpessoais pautadas na confiança e na colaboração.

Para descrever as **características da filantropia comunitária**, os grupos trouxeram, como ponto de partida, a necessidade de a comunidade compreender conceitos como: protagonismo, poder de mobilização e de decisão, desenvolvimento de soluções e escuta ativa. A articulação de parcerias e o fortalecimento das redes locais também foram citadas como importantes aspectos da filantropia comunitária. Com relação aos recursos, algumas lideranças defenderam que as organizações precisam necessariamente ser independentes e autônomas, para que tais recursos possam ser alocados conforme a necessidade da comunidade.

A ideia de que as iniciativas de filantropia comunitária não precisam ser necessariamente protagonizadas por organizações formalizadas, podendo ser uma articulação organizada entre indivíduos, foi mencionada, mas não houve consenso entre os participantes sobre esse aspecto.

Por fim, o que foi ressaltado como elementos que **descaracterizam a filantropia comunitária** é a falta de envolvimento da comunidade e a manutenção de “estruturas de poder e de tomada de decisão” que colocam a população em uma posição de subordinação, sem autonomia para decidir coletivamente.

Outros aspectos que indicam uma filantropia distante dos propósitos da comunidade estão relacionados à ausência de impacto social e do efeito transformador das iniciativas, além de ações pontuais, sem continuidade.

O quadro a seguir consolida as ideias que foram discutidas sobre esses três tópicos:

O que define uma comunidade?	O que caracteriza a filantropia comunitária?	O que descaracteriza a filantropia comunitária?
<p>Existe a percepção de que interesses comuns são as bases da comunidade. Elementos que formam a nossa identidade, como costumes e tradições cumprem importante papel. Além disso, problemas em comum também desenvolvem um senso de pertencimento e unem as pessoas para a construção de soluções. O aspecto territorial foi apontado como outra interpretação possível para uma comunidade, porém a maioria do grupo não o destacou como um elemento essencial para determinar uma comunidade.</p>	<p>O protagonismo da comunidade é condição essencial. Seus membros devem ter poder de decisão e mobilização para o desenvolvimento de soluções. A capacidade de articular parcerias e fortalecer redes locais também são características de organizações de filantropia comunitária. Além disso, outros aspectos relevantes são a independência de recursos e a autonomia de alocação dos mesmos. Por outro lado, a formalização institucional não é percebida como um fator determinante.</p>	<p>Pela definição inversa de filantropia comunitária, iniciativas sem envolvimento direto da comunidade não podem ser caracterizadas como tal. A manutenção das estruturas de poder, sem empoderamento e escuta ativa das pessoas, as mantém numa situação de subordinação, sem autonomia decisória. Outros elementos descaracterizantes são a ausência de impacto social e movimentos meramente pontuais.</p>

Ao final da oficina, foi realizada uma roda de conversa onde surgiram reflexões e questionamentos sobre a filantropia comunitária no Brasil, cujo compilado de informações permeou todo o trabalho do IDIS para a estruturação da iniciativa:

- É importante não reduzir o conceito de filantropia comunitária somente ao conceito de fundação comunitária, já que este é um dos diversos modelos de atuação existentes.
- Existe a necessidade de rever a comunicação acerca do significado do termo “comunidade”, frequentemente associado a favelas, para um conceito de espaço coletivo mais amplo.
- É preciso lidar com a ideia de que, hoje em dia, há uma falta de senso de comunidade e pertencimento entre as pessoas – isso pode ter implicações para o desenvolvimento do campo da filantropia comunitária no Brasil.
- Tradicionalmente, comunidades se unem a partir de ameaças ou problemas iminentes. Cabe refletir quais são os gatilhos para que as pessoas encarem a mobilização comunitária como uma atividade benéfica mesmo sem a presença de uma situação de crise.
- É muito difícil encontrar organizações filantrópicas comunitárias que atuem como *grantmakers* – uma vez que, usualmente, estão focadas na sustentabilidade financeira de suas próprias iniciativas.
- Não se pode perder de vista que o fortalecimento das lideranças locais é crucial para se ter um grupo mobilizado.

- Dimensionar o impacto gerado nas organizações comunitárias ao ter como sua base de apoio o trabalho voluntário é um desafio, mas necessário para compreender melhor o alcance deste campo.
- Não se pode negar que, embora a comunidade tenha outros ativos, o recurso financeiro é fundamental para que muitas ações avancem. Sendo assim, explorar estratégias de mobilização de recursos é fundamental.
- A falta de confiança dos investidores afeta a destinação de recursos para a filantropia comunitária. Quando decidem investir em uma iniciativa de impacto social, muitos deles se sentem mais seguros atuando como protagonistas e tomadores de decisão.

CONHEÇA MAIS SOBRE ESTAS INSTITUIÇÕES:

CIEDS

www.cieds.org.br

Fundação ABH

www.fundacaoabh.org.br

Fundação Salvador Arena

www.fundacaosalvadorarena.org.br

Fundação Tide Setubal

www.fundacaotidesetubal.org.br

Fundo Casa

www.fundacaocasa.sp.gov.br

**Rede de Filantropia para
a Justiça Social**

www.rededefundos.org.br

Fundo Elas

www.fundosocialelas.org

Fundo Brasil de Direitos Humanos

www.fundodireitoshumanos.org.br

WINGS

www.wingsweb.org

GIFE

www.gife.org.br

ICOM

www.icomfloripa.org.br

EDITAL: MAIS UM PASSO PARA CONHECER AS OFCs

Para compreender em maior profundidade o cenário atual da filantropia comunitária, o IDIS elaborou e lançou o edital de **Mapeamento e Fortalecimento de Organizações e Iniciativas de Atuação Comunitária do Estado de São Paulo**, em setembro de 2018. Os objetivos do edital eram:

- Sistematizar dados sobre quantidade e diversidade de organizações e iniciativas comunitárias do território;
- Mapear os diferentes perfis de atuação, modelos e estratégias de operação, desafios, principais ativos, sonhos e motivações das OFCs;
- Trocar conhecimento e experiências e proporcionar um momento de construção conjunta de conhecimento;
- Aumentar a visibilidade e o interesse de investidores pelas iniciativas sociais comunitárias como uma alternativa estratégica para destinar seus recursos.

Para eleger as organizações participantes do Edital, foram usados critérios amplos, com base nos estudos e discussões realizados nas etapas anteriores sobre o perfil de uma OFC. Buscaram-se iniciativas e organizações, formalizadas ou não, sediadas no Estado de São Paulo que, ao desenvolver ações para atender as necessidades locais, atuem com um ou mais dos seguintes conceitos:

GESTÃO PARTICIPATIVA

PROTAGONISMO
COMUNITÁRIO

ENGAJAMENTO CÍVICO

ENVOLVIMENTO DA
COMUNIDADE

COLETIVOS

COOPERATIVAS

MOVIMENTOS SOCIAIS

REDES COMUNITÁRIAS

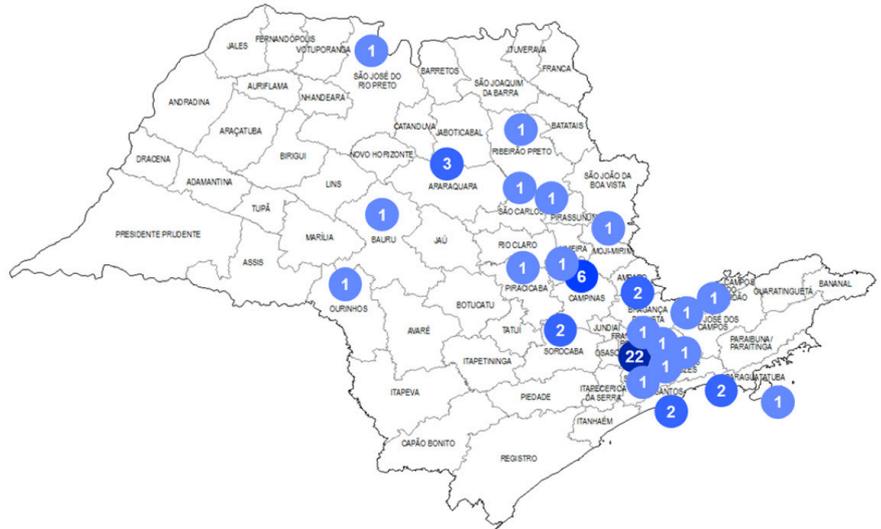
EMPREENDEDORISMO
SOCIAL

RESULTADOS DO EDITAL

O esforço de divulgação trouxe como resultado 56 inscrições, distribuídas pelo Estado como indicado no mapa abaixo.

56 INSCRIÇÕES

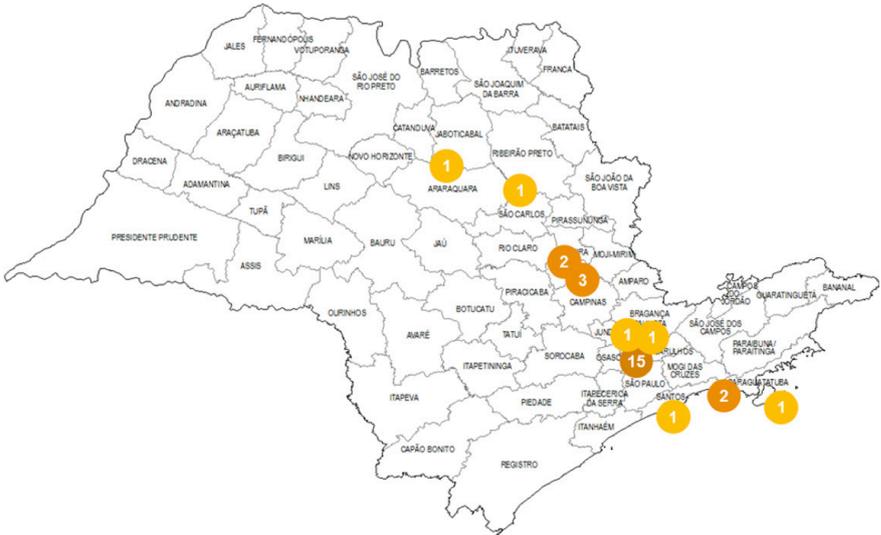
REGIÃO	%
Capital e área metropolitana	48%
Interior	43%
Litoral	9%



A partir dos critérios de seleção estabelecidos no regulamento do edital, 28 organizações e iniciativas se mostraram elegíveis, distribuídas geograficamente de acordo com o mapa a seguir:

28 INICIATIVAS/ ORGANIZAÇÕES ELEGÍVEIS

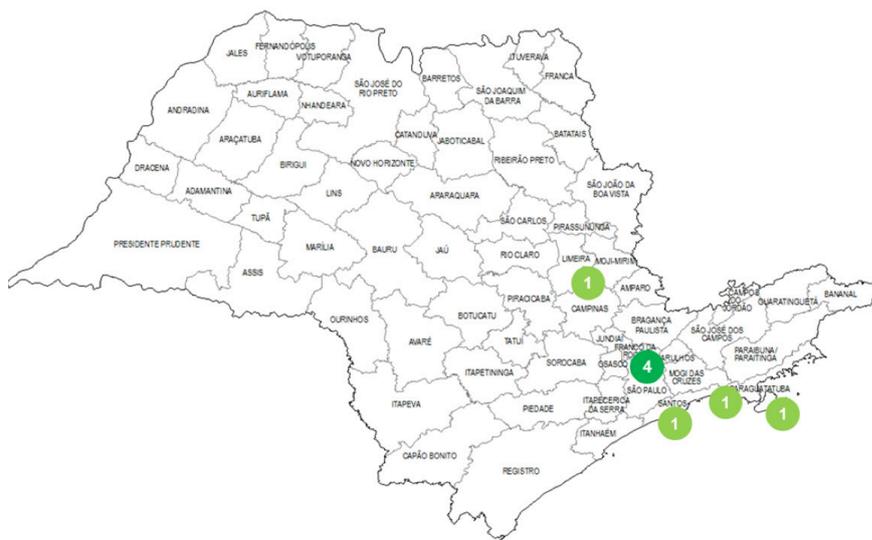
REGIÃO	%
Capital e área metropolitana	68%
Interior	25%
Litoral	14%



Com base na análise das informações do formulário de inscrição e outros documentos complementares recebidos, o IDIS selecionou oito organizações, conforme o mapa a seguir:

8 INICIATIVAS/ ORGANIZAÇÕES SELECIONADAS

REGIÃO	%
Capital e área metropolitana	50%
Interior	13%
Litoral	38%



A seleção foi feita com base em dois critérios principais: **envolvimento e protagonismo da comunidade local** e o **potencial da organização para ampliar sua atuação no futuro**. A lista de organizações escolhidas trouxe diversidade de foco e de atuação, o que possibilitou uma maior troca de informações e experiências, essenciais aos objetivos da iniciativa.

PERFIL DAS ORGANIZAÇÕES MAPEADAS

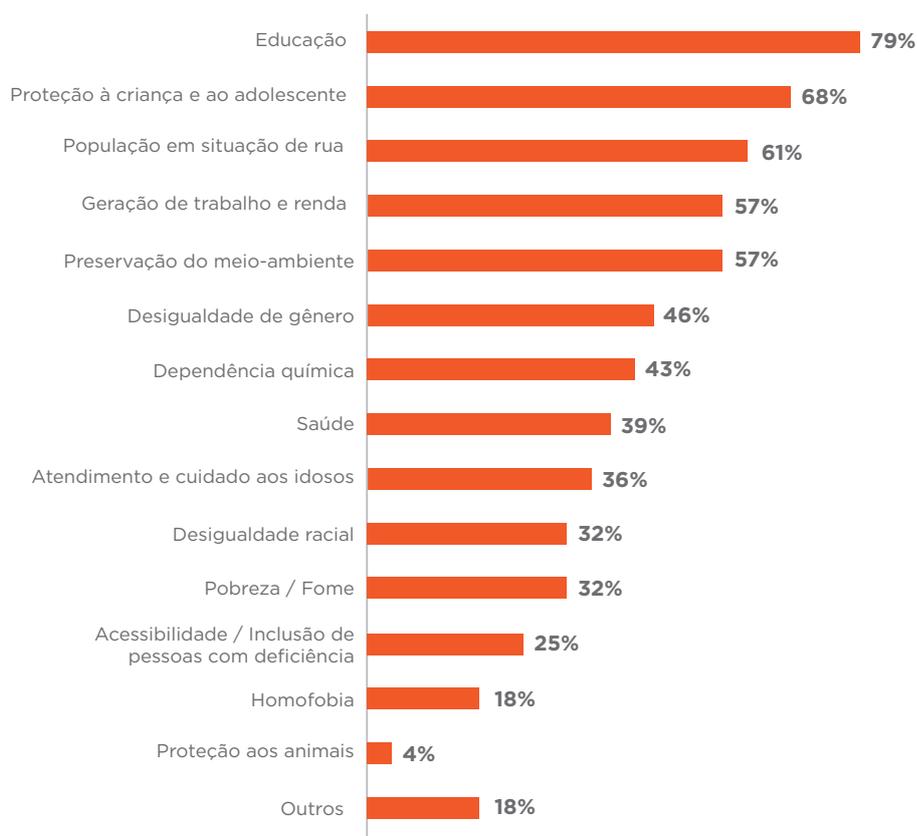
No formulário de inscrição do edital, buscamos coletar dados que pudessem nos retratar o perfil das organizações e iniciativas comunitárias presentes no Estado de São Paulo. Assim, além de uma descrição sobre o trabalho que realizam, solicitamos que os inscritos informassem seu nível de envolvimento com a comunidade, orçamento, principais fontes de financiamento, infraestrutura organizacional e os temas que consideram prioritários na região onde atuam.

A seguir, apresentamos uma análise dessas informações, levando em conta as 28 inscrições consideradas elegíveis segundo os critérios de seleção estabelecidos no edital.

TEMAS PERCEBIDOS COMO PRIORITÁRIOS NO TERRITÓRIO

Para compreender melhor o contexto do território em que as organizações ou iniciativas atuam, perguntamos a elas quais temas consideram mais relevantes para o desenvolvimento de seu território, independentemente do foco do trabalho que elas lá realizam (o formulário permitia a seleção de mais de uma opção). Como mostra o gráfico abaixo, a educação está no topo da lista de prioridades, segundo 79% dos respondentes. Em segundo lugar figura a proteção à criança e ao adolescente (68%), seguido pela atenção à população em situação de rua (61%).

TEMAS PRIORITÁRIOS DO TERRITÓRIO



■ % de organizações que mencionaram cada tema

GRAU DE ENVOLVIMENTO COM A COMUNIDADE

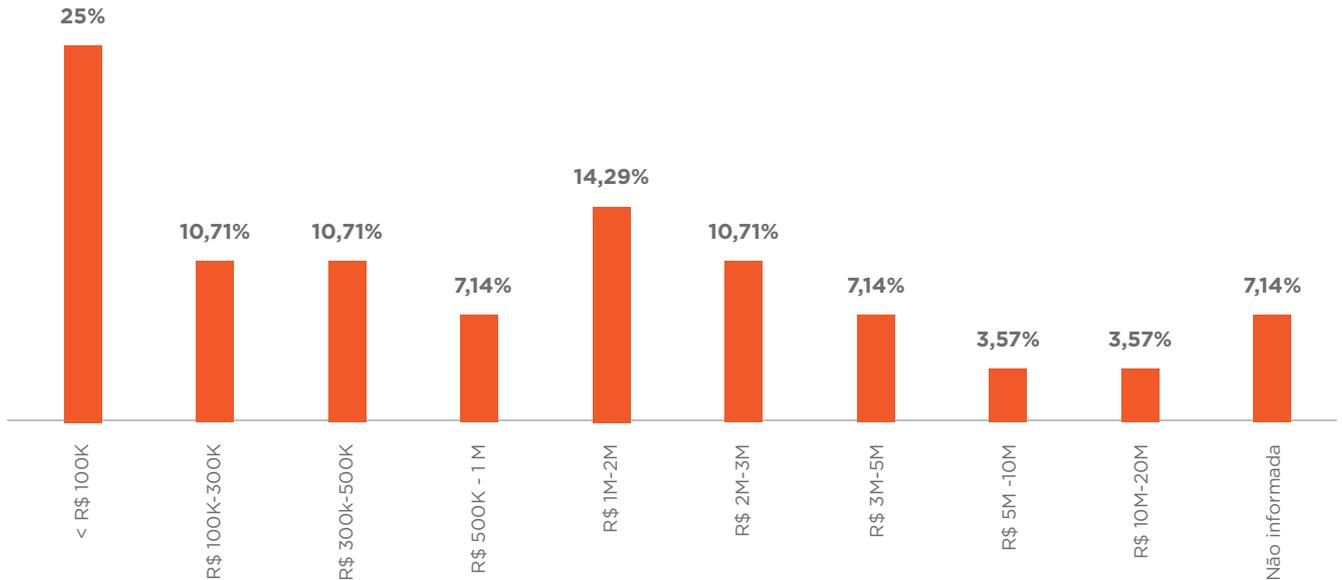
Um dos pressupostos da filantropia comunitária é o engajamento direto da comunidade, que, fazendo uso de seus próprios ativos, age com autonomia para buscar soluções para os problemas que enfrenta. Tal engajamento pode se dar de diversas maneiras, em maior ou menor grau. Assim sendo, incluímos no formulário de inscrição perguntas sobre o nível de envolvimento comunitário dentro das organizações e iniciativas. Pelo quadro abaixo, nota-se que formas de participação indireta são mais comuns (93% dos inscritos dispõem de canais de comunicação e interação com a população local), e a porcentagem de respostas “sim” diminui conforme o grau de protagonismo da comunidade aumenta.

Há canais de comunicação e interação com os moradores da localidade para que eles participem das decisões a serem tomadas? (S/N)	93%
Há pessoas da comunidade/bairro que fazem parte da equipe da organização/iniciativa e participam do dia a dia das atividades da organização/iniciativa de forma voluntária?	89%
Há pessoas da comunidade/bairro que fazem parte da equipe da organização/iniciativa e participam do dia a dia das atividades da organização/iniciativa de forma remunerada?	79%
Há pessoas da comunidade/bairro que fazem parte da liderança da organização/ iniciativa de forma voluntária?	61%
Há pessoas da comunidade/bairro que fazem parte da liderança da organização/ iniciativa de forma remunerada?	43%
Há pessoas da comunidade/bairro que fazem parte do conselho da organização/ iniciativa?	57%

FAIXA ORÇAMENTÁRIA ANUAL

Como mostra o gráfico abaixo, um quarto dos respondentes elegíveis para o edital teve orçamento inferior a R\$ 100 mil no ano de 2018. Cerca de 53% delas dispôs de até R\$ 1 milhão, o que indica que grande parte das organizações e iniciativas comunitárias do Estado são pequenas em termos de recursos disponíveis.

% DE ORGANIZAÇÕES POR FAIXA DE ORÇAMENTO ANUAL EM 2018



FONTES DE FINANCIAMENTO

O quadro abaixo exhibe o percentual das organizações que citaram cada um dos itens abaixo como fontes de financiamento (independentemente da contribuição de cada fonte para o orçamento anual). Percebe-se que a realização de eventos é a fonte mais comum, embora não seja a mais relevante no que diz respeito ao volume de dinheiro, como apresentado no próximo quadro.

Eventos	Doação de indivíduos	Empresas	Governo	Organizações internacionais	Outros
61%	54%	54%	43%	21%	43%

CONCENTRAÇÃO DE FONTES DE FINANCIAMENTO

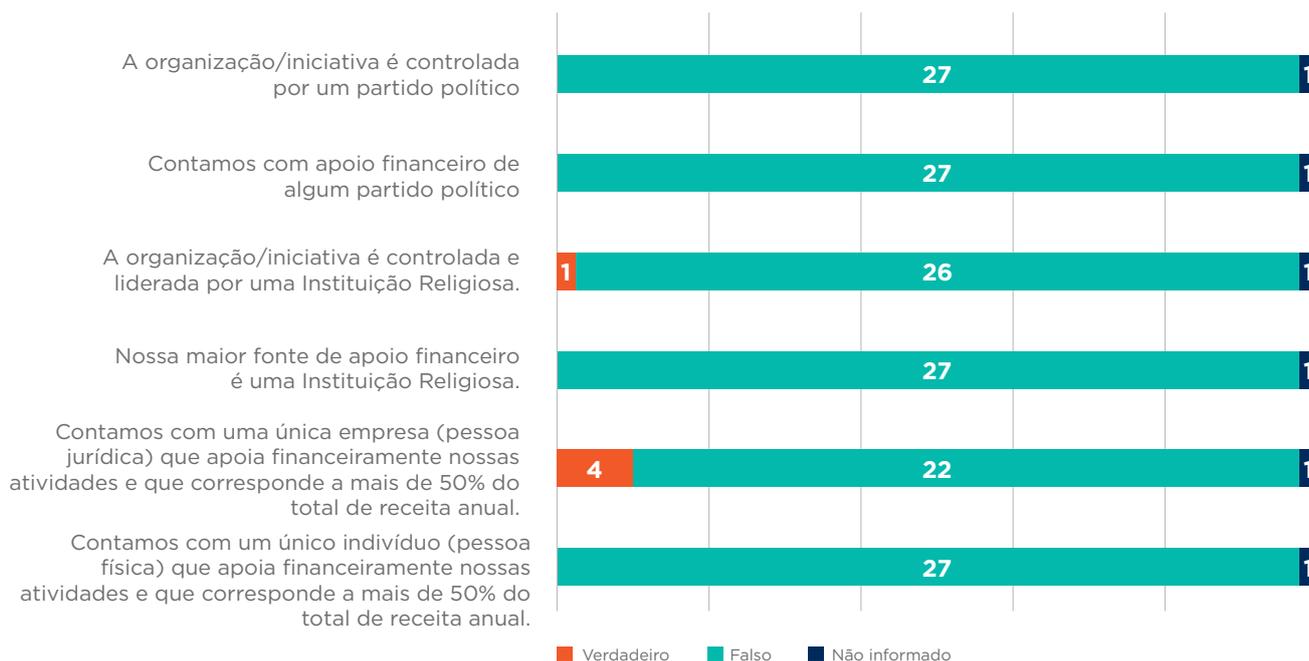
O quadro a seguir indica o número de organizações que declararam ter mais de 30%, 50% e 70% de seu orçamento de 2018 concentrado em uma mesma fonte de financiamento. Das 28 iniciativas analisadas, 18 dependem de recursos do governo (federal, estadual ou municipal) para compor pelo menos 30% de seu orçamento total.

	nenhuma contribuição	contribuição muito baixa	contribuição baixa	contribuição média	contribuição alta	contribuição muito alta
> 30%	3	6	6	9	2	2
> 50%	1	3	4	6	2	0
> 70%	0	3	3	3	2	0

NÍVEL DE INDEPENDÊNCIA E AUTONOMIA NA GESTÃO ORGANIZACIONAL

Apesar da relevante presença de recursos públicos na composição do orçamento, a grande maioria das organizações e iniciativas analisadas possui considerável grau de autonomia em sua gestão. Por outro lado, 4 delas declarou depender dos recursos de uma única empresa e uma disse ser liderada por uma instituição religiosa.

INDEPENDÊNCIA NA GESTÃO ORGANIZACIONAL

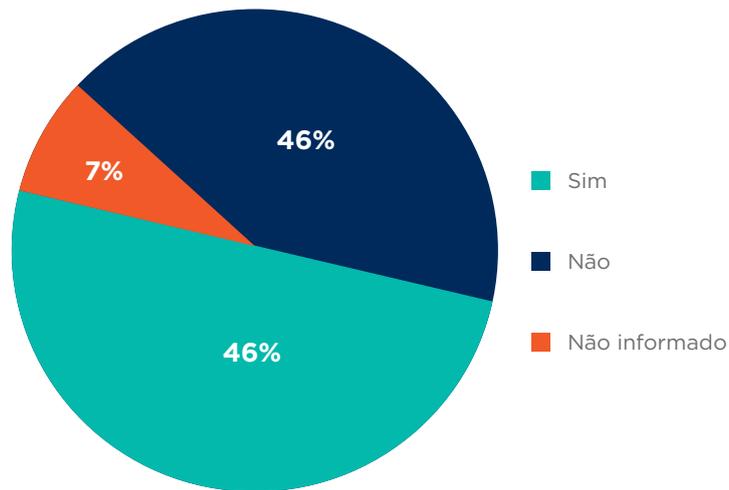


CONTRIBUIÇÃO DA ORGANIZAÇÃO PARA INICIATIVAS DE TERCEIROS

A capacidade e disposição para contribuir com outras iniciativas locais é mais um importante indicador de uma organização comunitária fortalecida. No entanto, o mapeamento concluiu que 46% dos inscritos não presta esse tipo de apoio, como se vê no gráfico abaixo. Os outros 46% disseram contribuir de diversas maneiras, como auxílio técnico, formação de redes e uso de sua infraestrutura para sediar reuniões de outras iniciativas da comunidade. Ne-

ningum deles concede apoio financeiro a terceiros – dado condizente com o baixo orçamento dessas organizações, que relataram ter dificuldades para manter seu próprio funcionamento por conta dos recursos escassos.

A ORGANIZAÇÃO CONTRIBUI PARA INICIATIVAS DE TERCEIROS PRESENTES NO TERRITÓRIO, SEJA COM RECURSOS FINANCEIROS, SUPORTE TÉCNICO, SERVIÇOS OU PRODUTOS?



INFRAESTRUTURA DA ORGANIZAÇÃO

Por fim, perguntamos aos inscritos sobre a infraestrutura disponível para a execução de suas atividades. Todos eles possuem sede fixa – seja ela própria, alugada ou compartilhada – e o acesso à internet é bastante difundido. Por outro lado, apenas 39% deles têm acesso a um espaço apto à realização de eventos.



Possui uma sede fixa

(39% sede própria, 39% sede alugada e 21% sede compartilhada com outras organizações)



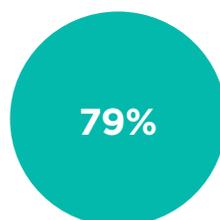
Possui acesso a uma sala de reunião



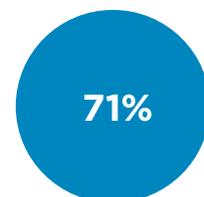
Possui acesso a espaço para promover eventos



Possui acesso a internet



Possui acesso a um computador



Possui canais de mídias sociais

ORGANIZAÇÕES SELECIONADAS PELO EDITAL

Conheça aqui cada uma das organizações selecionadas pelo Edital:

Turma da Touca – educação infantil, assistência social, esporte, lazer, arte e cultura

Em 1974, um grupo de professores e alunos da Universidade de São Paulo levou recreação e aulas de reforço escolar para crianças e adolescentes em situação vulnerável da região do Campo Limpo – um dos bairros mais pobres e violentos da cidade. As atividades aconteciam ao ar livre, geralmente em uma rua fechada para o trânsito. Era inverno e a garotada usava touca para se proteger do frio, o que inspirou o nome da organização. Atualmente, com uma equipe de 110 funcionários, a Turma da Touca administra: quatro creches e dois centros conveniados com a Prefeitura Municipal para crianças e adolescentes, um espaço cultural com atividades de inclusão digital, oficinas de moda, beleza e construção civil e uma quadra de esportes. Nos finais de semana e feriados, a Turma da Touca abre as portas para famílias e moradores da região, desenvolvendo propostas recreativas e esportivas com o objetivo de integrar a comunidade e suprir a carência de áreas de lazer na periferia.

A comunidade participa da elaboração do plano de trabalho da instituição. A maioria dos colaboradores da organização é formada por moradores da comunidade e dos bairros do entorno.

Instituto Maramar – meio ambiente e educação ambiental

Fundada em 2003 na cidade de Santos por pesquisadores, a organização promove a governança dos bens naturais comuns buscando garantir o manejo responsável desses recursos. O trabalho acontece no litoral de São Paulo, conectando diferentes esforços no campo da pesca artesanal ao longo da costa do Brasil e da América Latina. Para atender às demandas locais de maneira eficiente e concreta, o Maramar atua em diversos colegiados e conselhos, apoiando e influenciando a formulação de políticas públicas e o fortalecimento da governança dos usuários diretos dos ecossistemas.

Para atingir seus objetivos, a organização desenvolve ações socioambientais em educação, cultura, políticas públicas, clima e negócios sustentáveis, focadas nas comunidades tradicionais que vivem e trabalham com extrativismo, especialmente as famílias em situação de vulnerabilidade.

Nos últimos anos, a organização resolveu mudar sua forma de atuação, ampliando a escuta das demandas locais, reconhecendo que os cidadãos estão mais conectados ao dia a dia do que os seus técnicos. Atualmente, o Maramar conta com 18 pessoas locais em campo, que apoiam a execução dos projetos.

Projeto Vila em Progresso – educação, cidadania e empreendedorismo

O projeto foi criado com base nas experiências de um morador que, após um período no sistema carcerário, voltou à comunidade da Vila Progresso em Itaquera, Zona Leste de São Paulo, com a vontade de apoiar os jovens e afastá-los das experiências negativas vivenciadas por ele. De imediato, Fábio percebeu que muitas crianças só se alimentavam uma vez por dia, o que o levou a oferecer refeições extras nos finais de semana. Nesse contato, ele concluiu que a iniciativa, por si só, não era suficiente para gerar transformações nas pessoas e na comunidade e se deu conta de que faltava educação para que as mudanças, de fato, acontecessem. Desde então, estabeleceu uma parceria com uma organização da sociedade civil e alugou um espaço onde são ofertados cursos de informática, oficinas de inglês, programação, empreendedorismo, reforço escolar, autoconhecimento, desenvolvimento sustentável, reciclagem, direitos da mulher, inclusão e acesso ao mercado de trabalho para jovens da comunidade. Graças ao apoio e à mobilização dos moradores foi possível realizar uma reforma no espaço que, atualmente oferece essas aulas com professores voluntários.

Instituto Ilhabela Sustentável – cidadania participativa e meio ambiente

Constituída em 2007 por um grupo de moradores, ambientalistas, empresários, representantes de entidades e proprietários de casas de veraneio de Ilhabela, a organização trabalha com foco em questões sociais e ambientais. Criou a 'Rede Cidades' com o objetivo de estimular a participação popular no diálogo com os setores públicos e incentivar o desenvolvimento de programas de educação cidadã. O instituto é cocriador da Rede Litoral Norte Sustentável e é a única organização não governamental da região a aderir ao Pacto Global da ONU, em prol da adoção de dez princípios relacionados aos direitos humanos, trabalho, meio ambiente e combate à corrupção.

O Instituto atua em três eixos: Governo Aberto (acompanhamento da Gestão Pública); Educação para Cidadania (fortalecimento da sociedade civil por meio da democracia participativa); e Influência e Incidência (Advocacy) em políticas públicas municipais e regionais para a promoção do desenvolvimento econômico sustentável, defesa e proteção do meio ambiente, do patrimônio cultural, dos direitos humanos e dos povos de Ilhabela e cidades próximas, no Litoral Norte de São Paulo.

Instituto Nova União da Arte (NUA) – arte, cultura, educação ambiental e geração de renda

O Instituto NUA tem sua história traçada no bairro de Vila Nova União, Zona Leste de São Paulo. Em 2000, o empenho dos mo-



radadores para transformar a realidade local cruzou com a trajetória do artista cearense Hermes de Sousa. Ao se dedicar à arte-educação em unidades da Fundação Casa em São Paulo, desenvolvendo escultura e entalhe com os internos, Hermes sensibilizou-se ao ver as condições de miséria dos moradores que viviam da coleta de material reciclado do Lixão Bota Fora, no bairro Vila Nova União.

Recolhendo pedaços de madeira, Hermes passou a realizar oficinas de escultura e entalhe para adolescentes jovens e, aos poucos, passou a agregar outros moradores e educadores sociais em torno de sua arte. Em 2005, com o processo de urbanização do bairro, a população manifestou o interesse de legitimar e formalizar esse projeto como uma pessoa jurídica, a fim de manter o único espaço da comunidade voltada para o atendimento da população infanto-juvenil. Desde então, o Instituto NUA vem fortalecendo seus projetos junto a crianças e jovens na comunidade e em outros bairros da Zona Leste da cidade, de maneira a estimular o potencial artístico e humano e a apropriação dos espaços no território. Atualmente, o instituto promove iniciativas para transformar a paisagem da região e despertar o sentimento de pertencimento dos moradores, chamando a atenção de grandes organizações, como as fundações Bienal de São Paulo, Tide Setubal e Bill & Melinda Gates.

A atuação do Instituto NUA é sempre em rede, articulando parcerias com as esferas pública e privada. Dentro do território promove o diálogo com os serviços básicos para fortalecer a atuação efetiva e preventiva em prol do bem-estar da população.

Associação Cultural Recreativa Esportiva Bloco do Beco - Arte-educação e cultura

A Associação Bloco do Beco nasceu há 50 anos com o desejo de preservação e valorização cultural do Jardim São Francisco, no município de São Paulo. A população do bairro mora em uma das quatro favelas que 'abraçam' a área urbanizada local e as opções de acesso à cultura e ao lazer são escassas. Em 2003, a Associação foi oficializada e, desde então, pessoas e projetos passaram a contribuir com o fortalecimento da comunidade, implementando propostas e promovendo diferentes atividades como artesanato, dança, teatro, percussão, hip-hop, literatura, mostras de vídeos, palestras e saraus. O lugar é conhecido por fomentar a cultura local, acolhendo a diversidade de manifestações artísticas de diferentes grupos que utilizam os espaços da associação para ensaios.

O Bloco do Beco é mantido por pessoas da comunidade. Toda a programação e ações culturais são realizadas por moradores locais. Os coletivos de minorias marginalizadas formados pelos jovens também ocupam esse espaço.

A preocupação atual dos gestores do Bloco é de não se tornarem meros prestadores de serviços da população, mas sim agentes de fortalecimento do perfil comunitário que o espaço sempre teve.

Centro Promocional Tia Ileide (CPTI) – assistência social e inserção no mercado

A história do CPTI começou em 1990 na cidade de Campinas, quando Ileide, moradora de uma ocupação na região, percebeu a necessidade de um espaço onde as mães pudessem deixar seus filhos enquanto trabalham. Um barracão de madeira construído pela comunidade deu início a esse projeto, que hoje passou a alimentar as crianças que apresentam quadro de desnutrição, por meio de doações de alimentos e do trabalho voluntário dos moradores. Em 1992, Sylvia Leeven aderiu à iniciativa, formalizando legalmente o CPTI e conquistando o apoio da Associação Primavera da Alemanha e da Fundação FEAC, possibilitando a ampliação do atendimento a crianças, jovens e famílias de 30 bairros do Distrito de Nova Aparecida em Campinas. Esse apoio, que conta com programação também nos feriados e finais de semana, inclui ações socioeducativas, de convivência e inserção no mercado de trabalho.

Associação de regularização fundiária e pró-moradia de Bertio- ga e região – assistência jurídica e geração de renda

Fundada em 2005, pelos moradores do Bairro Jardim Paulista, a associação ficou inativa até a publicação da Lei 13.465/2017, que possibilitou a Regularização Fundiária dos Núcleos Urbanos Informais. A atuação da associação ainda é recente, mas necessária, já que Bertiooga possui mais de 60% de sua área em situação irregular. O objetivo da associação é prestar todo auxílio aos núcleos urbanos informais para que consigam a regularização e a sonhada escritura do imóvel, propiciando segurança jurídica. O grupo também pretende desenvolver atividades focadas na agricultura familiar e nas hortas comunitárias, oferecer assistência técnica de interesse social e auxiliar ações de reintegração de posse. A participação comunitária é forte na associação, composta por moradores de diversos núcleos da cidade.

WORKSHOP COM AS ORGANIZAÇÕES COMUNITÁRIAS: UM ENCONTRO DE IDEIAS E IDEAIS

O prêmio do edital para as organizações selecionadas envolvia a participação em um workshop de construção coletiva de conhecimento junto à equipe do IDIS e nossos parceiros estratégicos. Nos dias 5, 6 e 7 de dezembro de 2018, dois representantes de cada uma das oito organizações selecionadas reuniram-se para vivenciar momentos de troca de experiências e conversas sobre a relevância e os desafios da OFCs. O tema central do encontro foi '**A atuação comunitária no investimento social**', trazendo aspectos teóricos e práticos sobre filantropia comunitária e desenvolvimento do território com base nos talentos e recursos locais. Também foram discutidos os desafios enfrentados por essas organizações e quais estruturas e redes de apoio poderiam contribuir para seu fortalecimento.

Na abertura, Paula Fabiani, diretora-presidente do IDIS, apresentou o propósito do Edital de mapear as organizações e traçar o perfil do modelo brasileiro de OFCs e trouxe para reflexão o cenário que estamos vivendo no Brasil, a desconfiança nas instituições e o momento que pode se tornar uma janela de oportunidade para as organizações comunitárias.

Paula também comentou as ações que o IDIS pretende realizar, dando continuidade a essa construção: explorar as melhores formas de fomentar a filantropia comunitária no Brasil; identificar estratégias para aproximar filantropos e investidores das organizações. A boa notícia, segundo Paula, é que já existe um grupo de instituições interessadas em abraçar esse movimento.

Em seguida, cada representante das instituições falou sobre o trabalho que realiza e suas expectativas para os três dias, sendo que a maioria expressou o desejo de obter mais conhecimentos, participar de uma rede de trocas, ter contato com estratégias que fortaleçam suas comunidades e as tornem sustentáveis, tanto no aspecto do capital humano como no dos recursos financeiros, essenciais para a manutenção de suas atividades.

Conhecendo as OFCs mapeadas

Raquel Altemani, gerente de projetos do IDIS, apresentou os resultados do edital e as etapas que o antecederam, e que foram essenciais para definição dos critérios para identificação de uma organização comunitária, dada a inexistência de um conceito único. Para isso, foi proposta uma atividade na qual os participantes indicassem sua percepção em relação a sua organização com base nos oito critérios, previamente alinhados entre o IDIS e a Mott Foundation, que definem uma OFC. O quadro a seguir foi construído coletivamente e classifica as organizações segundo o nível de atendimento aos critérios.

	SIM	PARCIALMENTE	NÃO
Iniciativa legalmente constituída com a missão de apoiar o desenvolvimento e cultivar a filantropia de uma região geográfica bem definida com vulnerabilidades sociais	NUA / CPTI / BLOCO DO BECO / INSTITUTO MARAMAR / PRÓ MORADIA AMIGOS DO JARDIM PAULISTA	TURMA DA TOUCA / ILHABELA SUSTENTÁVEL / PROJETO VILA EM PROGRESSO	
Abertura a uma diversidade de causas, de acordo com as prioridades da comunidade.	NUA / CPTI / ILHABELA SUSTENTÁVEL / BLOCO DO BECO	TURMA DA TOUCA / INSTITUTO MARAMAR / PROJETO VILA EM PROGRESSO / PRÓ MORADIA AMIGOS DO JARDIM PAULISTA	
Engajamento das pessoas da região: lideranças do território e referências para as pessoas da comunidade.	NUA / CPTI / TURMA DA TOUCA / BLOCO DO BECO / INSTITUTO MARAMAR / PRÓ MORADIA AMIGOS DO JARDIM PAULISTA ILHABELA SUSTENTÁVEL	PROJETO VILA EM PROGRESSO	
Organização permanente, com objetivos de longo prazo.	NUA / CPTI / TURMA DA TOUCA / BLOCO DO BECO / INSTITUTO MARAMAR / PRÓ MORADIA AMIGOS DO JARDIM PAULISTA ILHABELA SUSTENTÁVEL / PROJETO VILA EM PROGRESSO		
Competência para administrar recursos e definir estratégias, com pluralidade de fontes de financiamento, incluindo doadores locais.	CPTI / INSTITUTO MARAMAR / ILHABELA SUSTENTÁVEL	NUA / TURMA DA TOUCA / BLOCO DO BECO / PROJETO VILA EM PROGRESSO	PRÓ MORADIA AMIGOS DO JARDIM PAULISTA
Independência de indivíduos, empresas, organizações religiosas, partidos políticos ou movimentos ligados a atividades ilegais.	NUA / CPTI / TURMA DA TOUCA / BLOCO DO BECO / INSTITUTO MARAMAR / ILHABELA SUSTENTÁVEL / PROJETO VILA EM PROGRESSO	PRÓ MORADIA AMIGOS DO JARDIM PAULISTA	
Presença de ativos mínimos para operar, como espaço para reuniões, acesso à internet, etc.	NUA / CPTI / TURMA DA TOUCA / BLOCO DO BECO / INSTITUTO MARAMAR / ILHABELA SUSTENTÁVEL / PROJETO VILA EM PROGRESSO	PRÓ MORADIA AMIGOS DO JARDIM PAULISTA	
Dedicação dos próprios projetos, ao suporte a outras iniciativas filantrópicas locais.	NUA / CPTI / TURMA DA TOUCA / BLOCO DO BECO / ILHABELA SUSTENTÁVEL	INSTITUTO MARAMAR / PROJETO VILA EM PROGRESSO / PRÓ MORADIA AMIGOS DO JARDIM PAULISTA	

Essa atividade suscitou várias questões e discussões entre os presentes, com destaque para alguns pontos de atenção. Verificou-se que a maioria das organizações não depende exclusivamente de uma fonte de recursos, mas estão apoiadas em dois ou três financiadores, o que é um risco e pode comprometer sua sustentabilidade. Outra questão levantada foi sobre a independência das organizações, dado que algumas causas como a regularização fundiária de um território, exigem ações de *advocacy* e forte articulação política junto ao poder público. No que diz respeito ao apoio a outras iniciativas locais e parcerias, diversas das organizações presentes relataram que o fazem por meio de apoio técnico e doação de bens, não envolvendo recursos financeiros.

Mobilização de recursos

Tivemos a apresentação de uma especialista em mobilização de recursos que trouxe contribuições sobre questões relacionadas a aspectos financeiros das organizações e à necessidade de mobilização de recursos de forma estruturada.

Foi apontada a importância de planejar e estipular metas realistas para a mobilização de recursos: “Quais são as metas de captação? Como monitorá-las? Por que foram cumpridas ou não? Muitas organizações não estabelecem metas, uma prática muito importante para o êxito da causa”, reforçou a apresentadora.

A sustentabilidade econômica da organização envolve planejamento estratégico (isto é, onde a organização se encontra e onde quer chegar) e o planejamento tático (como trazer a estratégia para o dia a dia das atividades). As organizações que têm esses planos bem definidos ganham mais credibilidade junto aos investidores e aprimoram seus processos internos de mobilização de recursos. Diversificar as fontes de financiamento e desenvolver projetos autossustentáveis também são estratégias muito benéficas para a sustentabilidade financeira.

A cultura de doação no Brasil

Também foram apresentados conteúdos sobre doação, com a apresentação dos principais resultados da Pesquisa Doação Brasil, realizada pelo IDIS em 2015. Ela revela o perfil do doador brasileiro e traz dados relevantes para o planejamento de estratégias de mobilização de recursos das organizações comunitárias.

O valor total de doações no Brasil em 2015, de acordo com a pesquisa, foi de R\$ 13,7 bilhões, o que corresponde a 0,23% do PIB do país. Apenas a título de comparação, o correspondente na Inglaterra é de 0,5% e nos EUA de 1,4%, dois países com forte cultura de responsabilidade comunitária, diferente da nossa.

Como já mencionado, o Índice Global de Solidariedade sugere o declínio da credibilidade da população brasileira nas organizações, agravado pela crise política, ética e social enfrentada nos últimos anos.

Diante desse cenário, foram indicados caminhos a serem trabalhados coletivamente pelo setor do investimento social para destravar o potencial da doação no país:

- Divulgar de forma clara e transparente os impactos positivos das organizações sociais;
- Evidenciar ao poder público o importante papel das organizações da sociedade civil;
- Buscar soluções para facilitar as doações e ampliar as formas e

os canais pelos quais um doador pode efetivar um aporte de recursos; e

- Criar iniciativas que estimulem a cultura de doação no Brasil.

Desenvolvimento comunitário e o papel das organizações da sociedade civil

Marcos Kisil, fundador e conselheiro do IDIS, abordou o conceito de comunidade, tema que estuda há mais de 30 anos. “Práticas, lugares e eventos no território unem pessoas e interesses, criando uma forte sensação de pertencimento, algo que se reproduz nas comunidades e coletivos, em geral, onde pessoas juntam suas vontades para proteger o grupo”, afirmou.

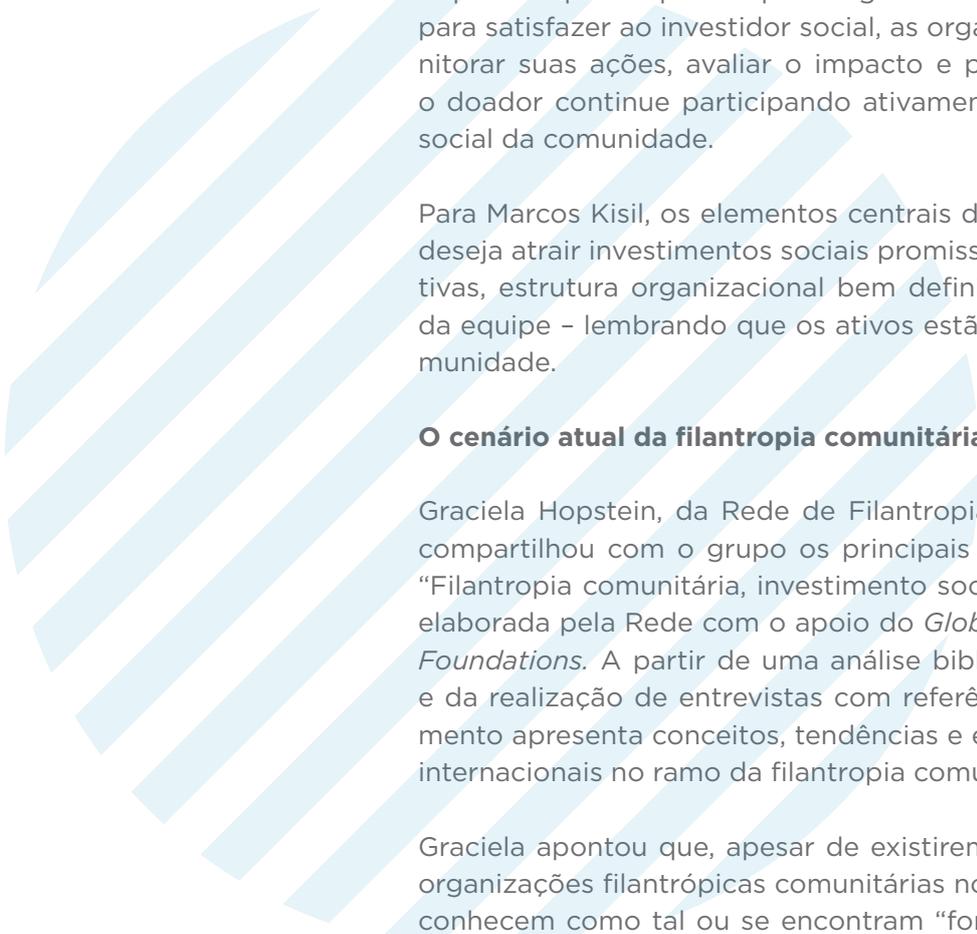
Para Kisil, alguns dos aspectos que caracterizam a comunidade são: nitidez (contornos claros para sua delimitação, como, por exemplo, o espaço territorial ocupado), homogeneidade (conjunto de atividades que aproximam os que vivem ou viveram da mesma comunidade) e relações pessoais (vínculos afetivos fortes).

Marcos Kisil também falou sobre três aspectos-chave que precisam estar no horizonte das lideranças e da comunidade: capital humano (qualificação das habilidades das pessoas do território), capital social (ampliação dos níveis de confiança, cooperação e empoderamento de todos), e capital natural (fomentar o uso sustentável de todo e qualquer recurso do território). Segundo ele, com o desenvolvimento comunitário espera-se melhorar a qualidade de vida de todas as pessoas, tanto daquelas que vivem hoje quanto daquelas que viverão amanhã.

Para que isso ocorra, o fundador do IDIS ressaltou a importância de que as organizações: (i) estabeleçam parcerias com o poder público, com empresas e com a própria comunidade, (ii) capacitem os seus gestores para que possam ajudar a comunidade a superar a velha prática de criar expectativas imediatistas; (iii) busquem o cumprimento dos pactos negociados, sejam eles com o Estado, com o mercado ou com a sociedade; e (iv) deem continuidade aos processos de desenvolvimento local, independentemente das mudanças de governo.

Outra mudança de mentalidade que as organizações comunitárias precisam protagonizar, é mudar a chave ‘caridade’ para ‘investimento social’, uma vez que existem sensíveis diferenças entre elas:

CARIDADE	INVESTIMENTO SOCIAL
Paternalismo	Desenvolvimento
Reage ao presente	Projeta o futuro
Centrada no desejo do doador	Estratégia doador/receptor
Ações isoladas	Alianças estratégicas



O investidor social busca entender como será aplicado o recurso e qual o impacto que é capaz de gerar à comunidade. Nesse caso, para satisfazer ao investidor social, as organizações precisam monitorar suas ações, avaliar o impacto e prestar contas para que o doador continue participando ativamente no desenvolvimento social da comunidade.

Para Marcos Kisil, os elementos centrais de uma organização que deseja atrair investimentos sociais promissores são lideranças efetivas, estrutura organizacional bem definida e profissionalização da equipe – lembrando que os ativos estão dentro da própria comunidade.

O cenário atual da filantropia comunitária no Brasil

Graciela Hopstein, da Rede de Filantropia para a Justiça Social, compartilhou com o grupo os principais destaques da pesquisa “Filantropia comunitária, investimento social e desenvolvimento”, elaborada pela Rede com o apoio do *Global Fund for Community Foundations*. A partir de uma análise bibliográfica e documental e da realização de entrevistas com referências do setor, o documento apresenta conceitos, tendências e experiências nacionais e internacionais no ramo da filantropia comunitária.

Graciela apontou que, apesar de existirem diversos exemplos de organizações filantrópicas comunitárias no país, muitas não se reconhecem como tal ou se encontram “fora do radar” de instituições maiores, como fundações de abrangência nacional. Portanto, a identificação e o reconhecimento dessas iniciativas são o ponto de partida para que o setor se fortaleça.

Ela explicou que o conceito de filantropia comunitária vem sendo construído no Brasil a partir da prática, e ressaltou os seguintes aspectos como características fundamentais das iniciativas comunitárias:

- Investimento de recursos financeiros e outros ativos locais;
- Foco em questões locais, comunitárias e territoriais para o desenvolvimento;
- Fortalecimento do poder comunitário e de lideranças locais;
- Protagonismo e tomada de decisões pela comunidade e pelas lideranças do território;
- Articulação de parcerias e fortalecimento de redes locais;
- Desenvolvimento de soluções com protagonismo comunitário;
- Confiança e solidariedade como gramáticas mediadoras das relações; e
- Independência e autonomia na alocação de recursos.

Graciela destacou que a filantropia comunitária pode ser uma poderosa ferramenta na solução de problemas locais – trata-se, afinal, de uma estratégia fortalecimento da sociedade civil, que es-

timula o desenvolvimento dos ativos e capacidades que a própria comunidade possui.

Para Erika Saez, do GIFE, a filantropia comunitária tem um *modus operandi* específico, e pode ser entendida quase como uma tecnologia social, podendo ser utilizada por organizações, empreendedores e negócios sociais.

O GIFE tem como missão a promoção do investimento social privado, tornando-o cada vez maior e mais qualificado. O GIFE tem a oportunidade de fomentar o estabelecimento de parcerias para o desenvolvimento das comunidades, por ser uma estrutura que agrupa empresas, institutos e fundações empresariais e familiares, organizações independentes e comunitárias.

Erika comentou sobre a importância de as empresas estabelecerem um diálogo com os atores locais para construir uma relação de qualidade e corresponsabilidade com as comunidades. As instituições familiares são outra fonte de fortalecimento comunitário, porque frequentemente possuem uma relação de compromisso e afetividade junto a um território, que comumente faz parte da história da família – como é caso da Fundação Tide Setubal, com forte atuação social no distrito de São Miguel Paulista, Zona Leste de São Paulo. Conforme explicou Erika, as famílias de alto poder aquisitivo têm forte consciência acerca da desigualdade social do país e, portanto, sentem que devem retribuir à sociedade pelo que dela receberam, que lhes permitiu alcançar a situação financeira em que se encontram.

Erika reforça que o momento atual é propício à mobilização de recursos para as organizações comunitárias, já que as pessoas deixaram de responsabilizar o governo pelas carências sociais, fazendo com que essas mesmas pessoas assumam seu papel cidadão na resolução de problemas locais. O aumento de movimentos e coletivos que se posicionam frente a demandas e causas é fruto desse novo olhar. “Esta é uma mudança que está em construção, e que abre espaço para arrecadar mais recursos financeiros – além dos humanos. Quando o cidadão coloca recursos numa causa do seu território, a relação com ele muda e se fortalece”, define.

Encerramento do primeiro dia de evento

O encerramento do primeiro dia de evento se deu com uma roda de conversa em que as organizações presentes expressaram o que os conteúdos e experiências compartilhados até aquele momento suscitaram em cada um de seus representantes.

“Nós dependemos muito do investimento do Estado para operar. Precisamos explorar novos meios. É muito animador saber que não estamos sozinhos e que outras organizações podem nos ajudar”. – Instituto Nova União da Arte (NUA)

“As instituições têm potenciais que elas mesmas desconhecem. Discussões como estas jogam luz nesse potencial, abrindo espaço para novas possibilidades”. – Instituto Maramar

“Aprendi um novo conceito: filantropia comunitária. Preciso absorver isso para saber como comunicar à comunidade. Gostei bastante do que vi e ouvi aqui, porque reativou as minhas emoções e resgatou meu sonho e a vontade de encantar as pessoas. Esse encontro vai ajudar a reativar o sonho”. – Bloco do Beco

“Hoje recebemos 40% dos recursos da prefeitura e 60% de um único investidor. Percebi que precisamos rever essa equação e a forma de mobilização. Percebo que temos outros recursos da comunidade que podemos utilizar. Por isso, é importante rever o distanciamento que criamos da comunidade”. – Turma da Touca

Visita a campo: Galpão de Cultura e Cidadania da Fundação Tide Setubal

No segundo dia do evento, os participantes puderam conhecer um espaço comunitário no Jardim Lapenna, na Zona Leste de São Paulo: o antigo Galpão de Cultura e Cidadania, mantido pela Fundação Tide Setubal em co-gestão com a Sociedade Amigos do Jardim Lapenna. A linha do trem, os muros da Sabesp e a rodovia Ayrton Senna delimitam o território onde se situam as comunidades do Jardim Lapenna, Vila Nair e Vila Gabi, áreas de atuação da Fundação Tide Setubal.

A visita teve como objetivo a troca de conhecimentos e experiências sobre o protagonismo de uma comunidade em que as demandas e as soluções são discutidas por diferentes lideranças locais, a partir de um diálogo com a população de um mesmo território formado por grupos distintos. Surge daí a necessidade de desenvolver um amplo processo de articulação para unir muitas pontas e criar uma cogestão que promova a escuta de várias vozes, demandas e expectativas.

Algumas estratégias de gestão foram essenciais para que a proposta do Galpão alcançasse tamanho sucesso. O Plano de Bairro é uma delas, uma espécie de organizador das demandas da comunidade para resolver problemas de forma mais estruturada. A maioria das necessidades do território requer muito tempo até ser atendida, o que pode gerar o esvaziamento da participação popular. O Plano propiciou a execução de ações com baixo custo e alto impacto, para facilitar o planejamento local participativo, resultando na formação de um Colegiado.

Depois de dez anos, o programa da Fundação Tide Setubal empreendeu voos mais amplos, envolvendo outros territórios. A partir de 2018, o foco é o suporte às periferias urbanas para enfrentar as desigualdades socioespaciais. As vivências trouxeram apren-

dizados qualificados para embasar a trajetória presente e futura do projeto com o objetivo de conectar a Zona Leste e as regiões periféricas.

Recentemente o Galpão foi transformado em um *hub* da periferia para promover geração de renda e ser um espaço de colaboração, sendo o Inova ZL (uma iniciativa de autoria do Fundo Zona Leste Sustentável) um dos projetos incorporados ao espaço. A proposta quer fomentar o empreendedorismo, a inovação, a tecnologia e o impacto social por meio de eventos formativos, *hackathons* (maratonas de programação) e incubação de projetos.



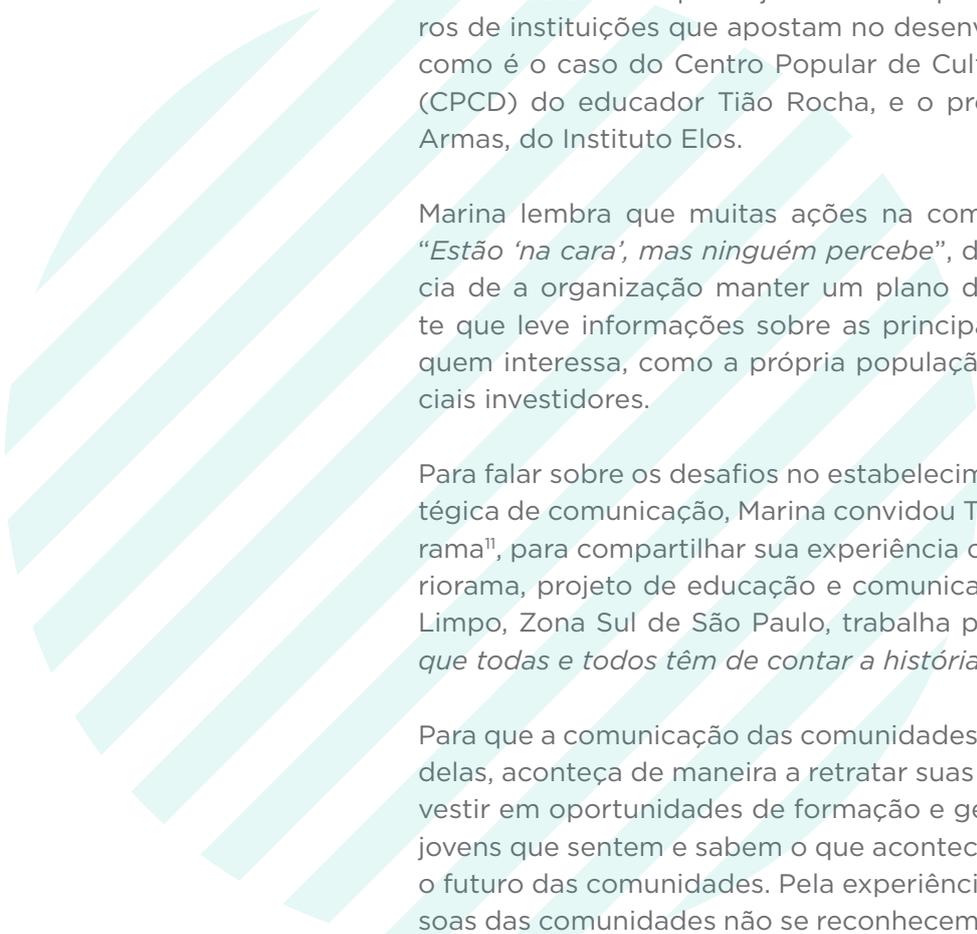
Registro da visita das lideranças comunitárias ao Galpão de Cultura e Cidadania da Fundação Tide Setubal

Modelos de atuação para organizações comunitárias

Depois de uma manhã de muita inspiração, os participantes da oficina puderam conhecer outros modelos de organização comunitária.

Marina Fay, está à frente da gestão da Fundação ABH, uma organização com o propósito de impulsionar o desenvolvimento das comunidades, ampliando o acesso a oportunidades e à melhoria da qualidade de vida de seus moradores.

Como liderança de uma organização que investe em iniciativas comunitárias, Marina esclareceu alguns dos critérios que a Fundação ABH leva em consideração durante uma decisão de investimento: território definido, olhar multifocal, trabalho em rede, recursos e ativos da própria comunidade, decisões coletivas, estrutura de governança, transparência, monitoramento, medição e avaliação de resultados.



Marina trouxe também a experiência de algumas organizações que se estruturaram e que hoje recebem aportes técnicos e financeiros de instituições que apostam no desenvolvimento comunitário, como é o caso do Centro Popular de Cultura e Desenvolvimento (CPCD) do educador Tião Rocha, e o programa Guerreiros sem Armas, do Instituto Elos.

Marina lembra que muitas ações na comunidade ficam ocultas. “*Estão ‘na cara’, mas ninguém percebe*”, diz. Por isso, a importância de a organização manter um plano de comunicação eficiente que leve informações sobre as principais ações e iniciativas a quem interessa, como a própria população do território e potenciais investidores.

Para falar sobre os desafios no estabelecimento de uma boa estratégia de comunicação, Marina convidou Tony Marlon, do Historiorama¹¹, para compartilhar sua experiência como jornalista. O Historiorama, projeto de educação e comunicação sediado no Campo Limpo, Zona Sul de São Paulo, trabalha para “*fortalecer o direito que todas e todos têm de contar a história do mundo*”.

Para que a comunicação das comunidades, para dentro e para fora delas, aconteça de maneira a retratar suas realidades, é preciso investir em oportunidades de formação e geração de renda para os jovens que sentem e sabem o que acontece no território e que são o futuro das comunidades. Pela experiência de Tony, 58% das pessoas das comunidades não se reconhecem no conteúdo divulgado pelos veículos de comunicação locais, que não dialogam com suas expectativas e realidades. O Jornal Embarque nos Direitos, projeto do Historiorama, é feito por jovens e distribuído por eles aos moradores de regiões periféricas.

Tony faz algumas considerações sobre a forma de comunicar: “*Postar nas redes sociais não é produzir comunicação*”. Para ele, é preciso criar uma curadoria de conteúdo para que as mensagens tenham sentido e contribuam para uma estratégia bem definida. Tony também chama a atenção ao monitoramento da qualidade do que for produzido, por isso, a importância da organização em criar núcleos de comunicação, especialmente com jovens, que questionem permanentemente aspectos como: manteve a audiência? A mensagem é fácil de entender? Provoca reações? É memorável?

Para encerrar a conversa sobre modelos de atuação, Mariane Nunes compartilhou a experiência do Instituto Comunitário da Grande Florianópolis - ICOM, que atua como ponte entre quem quer apoiar e quem quer fazer acontecer na ponta. O ICOM possui um modelo de governança bem estruturado, formado por representantes da comunidade, e possui uma ampla base de doadores jurídicos e uma parcela menor de pessoas físicas.

¹¹ Fonte: www.historiorama.com

A organização atua com base em três eixos: conhecimento e articulação da comunidade; fortalecimento das organizações comunitárias; e estímulo ao investimento social privado.

O ICOM identificou que a comunicação não era eficiente para mobilizar as pessoas e fazê-las participar das iniciativas. Uma das ações para retomar a comunicação foi capacitar seu conselho a fim de que todos pudessem fazer *advocacy* da causa com propriedade.

O ICOM mantém fundos pontuais de impacto social que mobilizam a população em torno de diferentes causas e que têm se mostrado eficientes. Um deles foi criado em parceria com o poder público e angariou R\$ 253 mil para a reconstrução de áreas atingidas pelas fortes chuvas em 2018.

Dentre as ações realizadas pelo ICOM, Mariane destacou a publicação 'Sinais Vitais da Cidade', que mobiliza atores de determinada área para analisar, com base em indicadores sociais, as prioridades a serem trabalhadas pelos diferentes setores que formam a cidade. Os relatórios com as conclusões desses estudos são apresentados na Câmara Municipal de Florianópolis, servindo de base para tomada de decisão e potencializando iniciativas que garantam mais qualidade de vida a diferentes populações.

Mariane destaca que é preciso envolver as pessoas para que elas entendam que, ao contribuírem, são co-investidoras da iniciativa, o que tende a favorecer a fidelização do doador. Além disso, é preciso facilitar essa doação, com diferentes mecanismos de pagamento para pessoas físicas.

Refletindo sobre caminhos para fortalecer a filantropia comunitária no Brasil

No último dia de evento, os participantes foram convidados a refletir, a partir dos conteúdos e experiências compartilhados nos dias anteriores, sobre quais fatores impulsionam ou dificultam a atuação comunitária como abordagem de impacto social. O resultado encontra-se resumido no quadro a seguir:

FATORES QUE IMPULSIONAM	FATORES QUE CRIAM OBSTÁCULOS
<ul style="list-style-type: none"> • Estar no território • Pensar em ações para a comunidade • Elaborar um plano estratégico com metas e indicadores • Organizar a organização e o território • Dialogar com outros setores (criar e fortalecer uma rede) • Estar alinhado com o poder público • Definir projetos com a comunidade • Elaborar projetos-piloto e autossustentáveis • Ter transparência para impactar e gerar engajamento • Mapear os ativos da comunidade para fortalecer a economia local • Realizar fóruns para identificar talentos locais • Criar intersetorialidade com equipamentos públicos presentes na comunidade • Qualificar o RH da organização • Fortalecer as organizações presentes no território 	<ul style="list-style-type: none"> • Não ter a missão clara • Não encantar e envolver as pessoas • Falar o que faz, mas não comunicar o porquê • Não ter um trabalho interno organizado • Não rever a missão, não se reavaliar • Não ter planejamento e, por isso, cultivar a falsa impressão de que há muito a fazer • Não delegar e preparar a equipe • Individualismo e falta de credibilidade nos processos coletivos e nas instituições • Falta da sensação de pertencimento das pessoas, que leva para a organização a tarefa de resolver os problemas • Foco em assistencialismo • Falta de pessoas que organizem os recursos • Terceirização da organização pelo poder público. • Falta de reconhecimento da importância do trabalho da organização pelo poder público

Impressões gerais dos participantes sobre a oficina

“Conheci um mundo que era completamente desconhecido para mim. A realidade em Bertioga é de uma atuação frágil, sem grande participação. Estou voltando para lá com um conhecimento incrível”. – Associação de Regularização Fundiária e Pró-Moradia

“Fiquei surpreso com a quantidade de conteúdos novos a que tive acesso. ‘Tiros’ de uma hora poderiam tornar o evento mais proveitoso. Foi cansativo. No galpão na Zona Leste, uma roda de conversa seria mais produtiva. Sobre a transparência das organizações, queria saber mais”. – Instituto Maramar

“Percebi a necessidade de olhar para a comunidade como um todo, e não focar só em crianças e jovens. Também queremos visitar as organizações que estão aqui, para aprender mais”. – Vila em Progresso

“Sinto-me inquieta com a minha organização. Estamos há cinco anos tentando rever a nossa missão, que não corresponde mais às demandas da comunidade. Precisamos entender como usar o poder público e não ser, como acontece hoje, refém dele”. – Turma da Touca

Propostas para fortalecer a rede

Na discussão final do evento, algumas propostas focadas no fortalecimento das organizações foram compartilhadas pelos presentes e servirão como subsídios para próximas iniciativas em prol do desenvolvimento comunitário:

- Criar um observatório no território, gerido pelas organizações locais, mapear e mobilizar demandas e ativos da comunidade.
- Ter os agitadores ou mediadores culturais para pensar em eventos participativos com as organizações.
- Realizar campanhas que gerem o sentimento de pertencimento, convidando a população do território para, por exemplo, pintar muros, revitalizar espaços comuns.
- Criar fundos para qualificar o quadro administrativo, a infraestrutura das organizações e o RH, já que a remuneração da equipe é sempre um desafio de captação.
- Formar um banco de boas práticas para troca de experiências entre instituições, especialmente as mais novas.
- Criar incubadoras de projetos bem-sucedidos em um território para serem customizados e implementados em outras comunidades.
- Formatar uma avaliação (como uma certificação) com base em critérios para que o financiador possa ter clareza de onde aportar recursos.
- Receber capacitação para construção coletiva de modelos de organizações comunitárias passíveis de replicação.
- Criar projetos-piloto que favoreçam o conhecimento de quem já está na comunidade, com tempo determinado para implementação.
- Oficializar o papel de agentes multiplicadores do desenvolvimento comunitário, já que muitos exercem esse papel, mas não se identificam dessa forma. Ter para isso um aporte de recursos para multiplicar saberes, compartilhando-os com outras organizações do território.

CONCLUSÃO

O IDIS considera, desde sua fundação, a filantropia comunitária como uma ferramenta poderosa para o desenvolvimento social a partir das capacidades e recursos locais. Nossa iniciativa trouxe fortes evidências do potencial desse campo e apontou a necessidade de ações para fortalecer e aumentar a difusão dos conceitos relacionados ao tema. Muitas das organizações selecionadas no edital do IDIS não tinham convicção de que desenvolviam projetos de atuação comunitária, por não estarem familiarizadas com esse termo ou conhecerem esta abordagem.

O IDIS, em seu relacionamento com filantropos e investidores sociais, também percebe que os termos 'filantropia comunitária' e 'organização filantrópica comunitária' não são familiares para grande parte das empresas, institutos, fundações e indivíduos atuantes no campo do investimento social. Portanto, executar ações que ajudem a divulgar não somente os conceitos, mas também os exemplos de sucesso e o relevante trabalho realizado por organizações nacionais e internacionais com atuação comunitária, é um passo muito importante para fortalecer esse movimento no Brasil.

É fundamental que investidores se aproximem dessas organizações e percebam-nas como uma alternativa de investimento de impacto. Um meio para isso é a construção de cases de sucesso de filantropia comunitária no Brasil, que sejam capazes de dar maior visibilidade ao potencial do movimento e sensibilizar investidores para esse tipo de iniciativa. Por fim, mais do que consolidar este conceito e difundi-lo no ecossistema, é preciso fortalecer as organizações filantrópicas comunitárias (OFCs) e garantir sua perenidade. O resultado do edital mostra que as organizações pesquisadas ainda enfrentam muitos desafios para mobilizar recursos e garantir a continuidade de sua atuação. A constituição de fundos patrimoniais comunitários se mostra como um caminho para assegurar a atuação de OFCs no longo prazo e concretizar seu impacto.

Observamos nas organizações inscritas no edital uma trajetória frequente que é a implementação de serviços sociais associados a convênios governamentais. Muitas vezes, os convênios são vistos como oportunidades de garantir e expandir o orçamento da organização. No entanto, a atuação social nos moldes dos programas governamentais pode acabar levando a organização a aproximar-se do modelo de 'prestação de serviço' a um grupo de beneficiários, e afastá-la dos conceitos de atuação comunitária, onde todos são protagonistas e contribuem com seus próprios talentos e ativos na busca de um bem-estar coletivo.

Outro desafio organizacional muito destacado pelas organizações mapeadas no edital do IDIS é a capacidade de repensar e renovar suas estratégias de atuação sem se desviar de seu propósito e de seus objetivos. Manter uma postura inovadora, adequando-se às novas prioridades da comunidade e encontrando soluções para as necessidades que surgem, demanda muito planejamento e práticas efetivas de comunicação interna e externa, áreas ainda frágeis nestas organizações.

Um aspecto que chamou a atenção foi o foco de atuação destas organizações. Um dos critérios desenhados em parceria com a Mott para a caracterização de uma OFC era a ausência de um foco de atuação específico e a abertura para investir em uma diversidade de causas e objetivos, de acordo com as prioridades da comunidade. No mapeamento realizado, o IDIS encontrou poucas organizações com esse perfil, estando a grande maioria das organizações dedicadas a uma única causa. Algumas das organizações relataram expandir seu foco de atuação, dentro do tema trabalhado, conforme as demandas da população, mas não chegam a atuar em uma multiplicidade de causas. Uma das hipóteses levantadas é a de que, uma vez que a imagem da organização fica associada a um foco de atuação particular, ela pode diminuir o diálogo com a população local a respeito de outros temas, já que a população local deixa de buscá-la para debater assuntos fora de sua especialização.

Outro elemento analisado foi o quanto as organizações mapeadas oferecem suporte e investem em iniciativas filantrópicas locais lideradas por ONGs, indivíduos e empreendedores da região. Foi possível observar que o investimento financeiro em iniciativas de terceiros é muito pequeno, mas que elas oferecem apoio de outras maneiras – com orientação, criação de conexões, compartilhamento de espaço físico, conhecimento, entre outras.

Por fim, ainda que as organizações mapeadas ofereçam apoio e parcerias para movimentos e iniciativas sociais da região que necessitam de suporte, elas raramente buscam esse tipo de parceria com outras organizações sociais com maior experiência para trocar conhecimento e discutir seus desafios. Em parte, isso acontece porque as organizações desconhecem os contatos e os caminhos para esse tipo de interação. Sendo assim, estimular esse tipo de colaboração e parceria pode ser muito benéfico para fortalecer as organizações e o ecossistema de filantropia comunitária. As organizações sentem falta de espaços construtivos de troca e interação que apoiem seu desenvolvimento e trabalho em rede.

Como resultado de todo esse trabalho, o IDIS conclui que as organizações filantrópicas comunitárias no Brasil ainda têm muito espaço para se desenvolverem e se tornarem atores relevantes no ecossistema de investimento social de impacto. Entre as ações que podem ser realizadas para incentivar esse movimento, destacamos em primeiro lugar a difusão do conceito de filantropia comunitária.

A decorative graphic on the left side of the page. It features a large, light teal circle with diagonal stripes. Below and to the right of this circle is a pattern of smaller teal dots arranged in a grid-like structure that tapers towards the bottom right.

ria e de seu potencial de impacto entre a sociedade civil e investidores. Além disso, a própria atuação das OFCs também deve ser fortalecida, especialmente no que diz respeito a seu planejamento estratégico, governança, gestão de recursos e sustentabilidade no longo prazo. Fortalecer organizações para que se tornem modelos e referências pode estimular e inspirar outros a trilhar este caminho. Por fim, é fundamental estimular parcerias e relações colaborativas entre as diversas OFCs, de modo que elas compartilhem boas práticas, sinergias e iniciativas para a expansão de seu potencial de impacto. Essas áreas serão foco da atuação do IDIS nos próximos anos para o fomento da filantropia comunitária no Brasil.



Instituto para o
Desenvolvimento do
Investimento Social

